

ATA DA CENTÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-11-2019.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 217/19 (Processo nº 0482/19), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/19 (Processo nº 0273/19), de autoria de Mônica Leal. Também, foi apregado o Ofício nº 922/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/19 (Processo nº 0562/19). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Artur Wagner Aurélio, da Associação dos Permissionários Autônomos de Táxi de Porto Alegre, que se pronunciou acerca da Lei Geral do Táxis. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Airto Ferronato, Idenir Cecchim e Cláudio Conceição manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Após, o presidente concedeu a palavra, em considerações finais, a Artur Wagner Aurélio. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e dois minutos às quatorze horas e trinta e três minutos. Foram votados conjuntamente e aprovados Requerimentos verbais formulados por Cláudia Araújo e Cláudio Conceição, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente sessão. Após, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear a Associação Cultural e Social Vila Nova, nos termos do Requerimento nº 128/19 (Processo nº 0527/19), de autoria de Cláudia Araújo. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudia Araújo, proponente, Cassio Trogildo, este em tempo cedido por Paulo Brum, Moisés Barboza e Engº Comassetto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassio Trogildo e Paulinho Motorista. Em prosseguimento, o Presidente convidou Cláudia Araújo a proceder à entrega, a Lucas Duarte, Presidente da Associação Cultural e Social Vila Nova, de diploma alusivo à presente solenidade. Também, Lucas Duarte pronunciou-se acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezoito minutos às quinze horas e vinte e dois minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mendes Ribeiro e Alvoni Medina. Na oportunidade, por solicitação de Cláudio Janta e Reginaldo Pujol, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Waldemar Dalenogare Júnior e a Francesco Zanetello. Em COMUNICAÇÃO DE

LÍDER, pronunciaram-se Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Roberto Robaina, Adeli Sell e Idenir Cecchim. Foram apregoados os Ofícios nº 924 e 925/19, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação, respectivamente, do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/19 e do Projeto de Lei do Executivo nº 006/19. Às dezesseis horas e quatorze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quinze minutos às dezesseis horas e vinte e um minutos e das dezesseis horas e vinte e dois minutos às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/19 (Processo nº 0356/19), após ser encaminhado à votação por Engº Comassetto e Prof. Alex Fraga. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 011/19 (Processo nº 0366/19). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 017/19 (Processo nº 0464/19), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto e Luciano Marcantônio e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Adeli Sell e Mauro Zacher. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 015/19 (Processo nº 0384/19), por vinte e um votos SIM e cinco votos NÃO, após ser discutido por Adeli Sell, Aírto Ferronato, Engº Comassetto e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert e Reginaldo Pujol e Não Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 002/19 (Processo nº 0048/19), após ser discutido por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e Cláudio Janta e encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Felipe Camozzato, Aírto Ferronato e Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi apregoadado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/19, Requerimento esse posteriormente retirado pelo autor. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/19, por quinze votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Professor Wambert e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 002/19, por vinte votos SIM, cinco votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Engº Comassetto, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz,

João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Professor Wambert, votado Não Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Ricardo Gomes, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/19 (Processo nº 0463/19). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/19 (Processo nº 0463/19). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/19, por três votos SIM, dezesseis votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Airto Ferronato, Felipe Camozzato e Reginaldo Pujol, votado Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Professor Wambert e optado pela Abstenção Engº Comassetto e João Bosco Vaz. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/19, por vinte e seis votos SIM, em votação nominal solicitada por Engº Comassetto, tendo votado Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, este com Declaração de Voto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Reginaldo Pujol. Às dezoito horas e trinta e três minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, 4ª sessão, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 021/19. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/19, o Projeto de Lei do Legislativo nº 169/19 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 024 e 025/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 092/18. Durante a sessão, Cassio Trogildo manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Permissionários Autônomos de Táxi de Porto Alegre – Aspertáxi, que tratará de assunto relativo à Lei Geral dos Táxis. O Sr. Artur Wagner Aurélio, representando a Aspertáxi, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. ARTUR WAGNER AURÉLIO: Boa tarde a todos, boa tarde Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras desta Casa e todos que nos assistem pela TVCâmara. Saúdo o colega de profissão e presidente da Aspertáxi Walter Barcelos e agradeço a confiança em poder, nesta tarde, representar a nossa tão querida associação.

Inicialmente, quero agradecer o Ver. José Freitas pela abertura deste espaço, para que hoje, em nome da Associação dos Permissionários Autônomos de Táxi de Porto Alegre – Aspertáxi, poderemos debater o táxi em Porto Alegre. O sistema de táxi de Porto Alegre possui cerca de quatro mil veículos, todos os carros estão equipados com quatro portas, para facilitar o acesso, e ar-condicionado, garantindo assim o conforto térmico aos passageiros. Nós, taxistas, trabalhamos de segunda a segunda, o nosso carro é o nosso escritório, e muitos de nossos passageiros tornaram-se parte de nossa família. Todos aqui temos histórias relacionadas ao táxi, seja a lembrança de um amigo ou familiar que exercia a profissão, seja aquele socorro prestado por algum taxista em algum momento de necessidade.

Hoje, vimos aqui para debater a importância que o táxi tem para a nossa cidade. Diariamente, cerca de 40 mil pessoas usam os nossos serviços em Porto Alegre; são 7 mil famílias, entre permissionários e auxiliares, que dependem do táxi para tirar seu sustento.

Nós, taxistas, vimos nesta tarde ocupar este espaço para falar das dificuldades na implantação da Lei Geral do Táxi, aprovada nesta Casa em 8 de julho de 2018. A autorização é o principal anseio dos taxistas, pois nós, unidos, trouxemos o debate sobre a troca da outorga de permissão para autorização a fim de manter o táxi em nossas famílias. Recordamos os debates ocorridos na CCJ, ainda em 2017, neste plenário. Na ocasião, mais de 150 taxistas fizeram-se presentes. Ouvimos depoimentos emocionantes. Hoje alguns desses colegas já não estão mais entre nós, morreram aguardando a tão sonhada autorização. Deste modo, a nossa categoria solicita a revisão de alguns pontos da Lei Geral do Táxi, como a TGO, a Taxa de Gerenciamento Operacional e o uso de GPS. É preciso compreender que, diferente de outros momentos, hoje o táxi amarga uma brusca queda em seu faturamento. Precisamos de medidas para desonerar o serviço de táxi em nossa cidade. A emenda do Ver. Aírto Ferronato que flexibiliza a utilização do aparelho eletrônico ao invés do uso da biometria é uma alternativa viável, pois, mais uma vez, ressalto que o táxi não tem condições de arcar com mais esse custo, sendo necessário a revisão desses pontos. Nesse sentido, solicitamos também agilidade na demanda trazida pela Aspertáxi a esta Casa. Trata-se da correção do texto da Lei Geral do Táxi, que permite a inclusão de veículo 1.0 em nossa frota, como aprovada pelos senhores vereadores. Reconhecemos que ações positivas como as faixas exclusivas, recentemente liberadas para uso dos táxis, beneficiam toda a sociedade. Assim como nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, agora Porto Alegre passa a oferecer o deslocamento dos táxis na faixa exclusiva de ônibus, reduzindo o tempo de viagem de nossos passageiros, uma antiga solicitação da Aspertáxi, agora atendida. Hoje é possível realizar viagens rápidas, seguras e confortáveis utilizando o táxi, sem dúvida, um ganho para todos. Para

continuarmos atendendo a população com agilidade, realizei solicitação de implantação de aplicativos públicos exclusivos para táxi. Essa ação foi possível graças ao apoio do Ver. José Freitas. Outra ação desenvolvida em parceria com o Ver. Freitas é o projeto de lei que amplia o prazo de adequação da cor vermelho ibérico para a cor branca nos táxis, estendendo a validade, que antes era de 24 meses, para até o fim da vida útil, ou até o momento da troca do veículo. Sendo assim, solicitamos o apoio de todos os vereadores nos pleitos citados. Quero aproveitar também este momento para fazer o lançamento da campanha de doação de sangue Taxista Sangue Bom, uma parceria entre a Aspertáxi e o Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul, com o apoio de todos os colegas taxistas de Porto Alegre. A campanha em alusão ao Dia Nacional do Doador de Sangue, comemorado no dia 25 deste mês, visa a conscientizar sobre a importância da doação e manutenção do estoque de sangue nos hospitais do Estado. Desse modo, convido todos aqui presentes para juntar-se a nós nessa causa. Mais uma vez, agradeço o espaço e o tempo cedido e não esqueçam: se precisar, chame um táxi, iremos atender com muita satisfação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Convidamos o Artur Wagner Aurélio a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Queria cumprimentar V. Exa., Ver. Pujol, cumprimentar o nosso nobre visitante Artur Wagner, cumprimentar as pessoas da direção da Aspertáxi e todos os taxistas aqui presentes. Efetivamente, o Sr. Artur tem toda a razão, nós temos uma lei em vigor, já nos prometeram dezenas de prazos, nenhum prazo foi cumprido, a última informação é de que a sua regulamentação, que não é necessária, a lei funciona por si, própria, não tem nenhum elemento que obrigue qualquer elemento diferente, e o prefeito quer fazer uma normatização, que está no seu gabinete e já saiu da EPTC, onde tivemos inclusive acordo com os senhores advogados e procuradores aqui presentes. Portanto, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos Vereadores Oliboni, Comassetto, Marcelo e eu, Adeli Sell, sabemos do empenho e da dedicação dos taxistas para sustentar a profissão de taxista, sustentar esse sistema em Porto Alegre, que não pode ser atacado como tem sido ultimamente. Houve algumas vitórias, outras, nós vamos conquistar. Agora, nós conquistamos a Lei Geral dos Táxis, na qual a autorização é a medula central, e é sobre isso que nós queremos vir aqui para empenhar a nossa palavra de total e irrestrito apoio. Não esmoreça, Artur. Vida longa para a Aspertáxi, para todos os taxistas continuarem a sua batalha e que não sofram o estresse da atualidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Pujol; trazer também o nosso abraço ao Artur, abraço à nossa direção, aos amigos da Aspertáxi e aos taxistas que estão conosco, homens e mulheres, nesta tarde. E dizer que nós vamos estar sempre presentes e votando favoravelmente às questões que tu trazés aqui com relação às propostas apresentadas pelo Ver. Alvoní Medina e outros vereadores – estamos juntos, até porque é uma batalha interessante. E vocês têm razão, a questão da biometria, proposta de minha autoria; a questão de modificação de permissão para autorização também foi proposta de minha autoria. E o pessoal do táxi tem falado insistentemente comigo dizendo da importância dessa proposta. Só que, lamentavelmente, não se sabe o porquê, o Ver. Adeli recém falou sobre isso, o Executivo se embrulha nos papéis, quer fazer uma regulamentação que não sabe o que escrever e, até hoje, não está com eficácia aquela parte da lei que trata da transformação para a autorização assim como a biometria também. Nós estamos juntos, vocês têm razão, não é possível, não dá para entender por que uma lei que aprovamos em maio de 2018, e estamos chegando no final de 2019, e ainda alguns dos artigos não estão funcionando, porque dependem de um ato do Executivo, que deveria ter sido escrito há muito tempo. Estamos juntos, parabéns, vamos que a luta é boa. Estamos juntos. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, eu só queria fazer justiça, neste microfone, ao Toninho do Táxi, que veio aqui, assumiu algumas vezes, correu pela categoria. Então, eu só queria fazer esse registro em homenagem a um colega que assumiu como suplente e não perdeu tempo em defesa da categoria. Era isso. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Pujol, só complementando, porque eu me esqueci, eu falei em meu nome – Ferronato – e em nome do nosso companheiro Ver. Paulinho Motorista. Um abraço.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Presidente Pujol, eu venho manifestar o meu apoio – em meu nome e em nome do nosso partido Democratas – à classe que a gente tem aprendido a respeitar. No decorrer dessa caminhada, temos mantido um relacionamento muito profícuo com a classe dos taxistas, e eu fico muito feliz, mesmo que tardiamente, com os avanços que vocês têm conseguido. Creio que somente a mobilização de vocês, a consciência poderá proporcionar a vocês a condução de um lugar de diferenciação. Creio que de tudo isso que está acontecendo em Porto Alegre, os aplicativos, os taxistas, poderá vir um ponto de equilíbrio, de justiça, e quero me colocar ao lado de vocês, para que possamos, hoje, colocar num nível igualitário, para que a justiça possa acontecer na competitividade, mas, também, que os taxistas possam desfrutar de um tempo novo na sua profissão. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Sr. Artur Wagner Aurélio está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. ARTUR WAGNER AURÉLIO: Agradeço o apoio dos vereadores, e conto com vocês nessa luta que estamos enfrentando para a autorização. Com certeza, o táxi, hoje, se pudesse resumir numa palavra, seria “socorro”. Precisamos da autorização. Muito obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradecemos a presença do Sr. Artur Wagner Aurélio, representante dos taxistas. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h32min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h33min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação os Requerimentos de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo e do Ver. Cláudio Conceição.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADOS.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear a Associação Cultural e Social Vila Nova, nos termos do Requerimento nº 128/19, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Lucas Duarte, presidente da Associação Cultural e Social Vila Nova.

A Ver.^a Cláudia Araújo, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Pujol, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público das galerias. Saúdo também o presidente da Associação Cultural e Social Vila Nova, Sr. Lucas Duarte. Quando se decide homenagear alguém ou alguma instituição, se faz por conhecer, acreditar e principalmente se identificar com o mesmo. Hoje, faço esta homenagem à Associação Cultural e Social Vila Nova, que foi fundada em novembro de 2015, com seu CNPJ constituído em janeiro de 2017, por acreditar no projeto lá executado junto às crianças da comunidade e do entorno.

A entidade é localizada na Estrada João Salomoni, nº 1.340, bairro Vila Nova, no espaço público Centro de Eventos Vereador Ervino Besson e tem como pilar promover a construção de uma sociedade melhor. Essa construção se dá através de oficinas, atividades culturais, promovendo e fortalecendo crianças e adolescentes no que diz respeito ao social, à educação, à cultura e ao esporte. A Associação Cultural e Social Vila Nova desenvolve ainda projetos de sustentabilidade e fomentação cultural, com o intuito de gerar resultados que contribuam no avanço do indivíduo, bem como oportunizar o crescimento e desenvolvimento de cada jovem que por lá passa.

A inclusão social é um processo para a construção de uma nova sociedade, que busca, através de pequenas ações, grandes transformações no pensamento e atitudes destes jovens. Os mentores deste projeto, que são o Lucas Duarte e o Leandro, buscam diariamente legalizar o espaço junto à Prefeitura, o que ainda não foi possível, pois temos uma grande burocracia que envolve o espaço. A busca segue, pois eles acreditam que somente trabalhando os jovens, oportunizando esportes às crianças mais carentes, ajudando no reforço escolar, oferecendo oficinas para as mulheres e mães, o futuro desta comunidade pode trazer muitas alegrias e conquistas. Inclusive, nesta semana, oito atletas do jiu-jítsu que treinam no espaço estarão competindo em Novo Hamburgo, no Campeonato Gaúcho Copa Prime, representando a associação. Esses jovens buscam apoio para seguirem no esporte, muitas vezes sem sucesso, pois nós sabemos que o nosso esporte é muito prejudicado com relação a patrocínios, nós poderíamos ter mais ajuda dos nossos governantes, um olhar mais atento para as crianças que buscam, através do esporte, o seu futuro. Desta vez, eles estarão lá mostrando o seu talento e

empenho, mas outras competições virão e o apoio é fundamental. Clamo a todos que olhem por projetos como este, que visam única e exclusivamente ao bem daqueles que não têm oportunidade e que precisam desse degrau para ver o futuro com olhos de esperança. Vamos juntos, Srs. Vereadores, apoiar o projeto, assim como este e tantos outros, para que a Prefeitura disponibilize o espaço que não precisa ser exclusivo, mas que precisa abraçar o projeto que é bom para a comunidade e que este trabalho, junto, possa evoluir cada dia mais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, após, prossegue em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, querido amigo e colega, Ver. Reginaldo Pujol, Presidente em exercício da Casa; cumprimentar as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara; cumprimentar o Lucas e, em especial, a Ver.^a Cláudia Araújo, que nos trouxe este tema da Associação da Vila Nova. Lucas, eu conversava com a Ver.^a Cláudia, e aqui temos, pelo menos, dois vereadores oriundos da Vila Nova, que são o Ver. Prof. Alex Fraga e eu. Como eu sou um pouco mais antigo, conheço a Vila Nova um pouquinho antes do Alex, mas só pela questão da antiguidade. Eu nasci na Vila Nova, Lucas, ali no nº 1535, da Av. Vicente Monteggia, mesmo sendo bem no limite da Cavalhada com a Vila Nova, a vida da minha família sempre foi toda na Vila Nova. Então, a Igreja São José... Apesar que, quando eu fui fazer a catequese, eu caí na Santa Luzia, Alex, porque a divisão territorial me colocava lá. Apesar de todo o tempo da minha vida, antes de fazer a catequese, frequentar a Igreja São José da Vila Nova. Logicamente que... Ver. Dr. Goulart, Ver. Idenir Cecchim e Ver. Adeli Sell, que foram secretários da SMIC, está cheio de colegas aqui que foram secretários da antiga SMIC, o Pujol também foi, não tem como falar da Vila Nova sem falar na Festa do Pêssego da Vila Nova. A Festa do Pêssego da Vila Nova, Ver. Moisés Barboza – que não é da Vila Nova, mas é técnico agrícola e entende muito do tema –, toda aquela região fazia parte, Ver. Paulo Brum, de uma grande zona rural que tinha Porto Alegre. Quando eu começo a conversar com amigos, Conceição, muitos me perguntam: “Mas tu não és de Porto Alegre, tu és do interior?” “Não, eu sou do interior de Porto Alegre.” Porque a Vila Nova, Paulinho, como ainda é uma parte do Belém Novo e uma parte do Extremo-Sul... Quando eu vou lá para o Extremo-Sul, eu tenho a memória viva na cabeça de como era Vila Nova, Ver. Mauro Pinheiro, nosso líder. Então, era uma zona completamente rural, pois tinham aqueles produtores de pêssego, de pera, de tantos outros cultivos.

Eu disse, outro dia na TVCâmara, quando eu fiz um programa tratando da zona rural de Porto Alegre, o meu pai que, talvez até esteja nos assistindo, o Dário, ele é contador de formação, Cecchim, e na época – Lourdes, que é colega dele juntamente com o Ver. João Carlos Nedel, que são contadores, e o Ferronato, que até foi professor

do meu pai – exigiam do produtor rural, para ter a certificação de produtor rural, uma guiazinha amarelinha, pequenininha, que era uma guia de isenção de Imposto de Renda. A pessoa tinha que declarar a isenção, era uma loucura, e o meu pai fazia para todos aqueles produtores da Vila Nova. Às vezes, tinha fila lá em casa, e o pai fazia a declaração do imposto de renda para aqueles produtores da Vila Nova. Pois o espaço que ocupa a associação, eu sei que, inclusive, nós precisamos ter uma alternativa de regularizar essa estada de vocês lá. Conversando com a Ver.^a Cláudia, eu acho muito possível e positivo, desde que não seja um espaço exclusivo para a atividade de vocês, porque lá, o Centro de Eventos Ervino Besson, nome do pai de um grande colega nosso que trabalha com o Ver. Janta aqui, o Sandro Besson, o Ver. Ervino era a própria cara da Vila Nova. Se falava na Vila Nova na Câmara Municipal, era o saudoso Ver. Ervino Besson que vinha na mente de todos. Por isso, acho que foi o Ver. Cecchim ainda que levou aquela estrutura que lá está colocada para se realizar o evento Festa do Pêssego da Vila Nova. O espaço não é pequeno lá, Ver. Mendes Ribeiro, aquele espaço público comporta diversas atividades. De minha parte, terás, Lucas – tu tens um trabalho que eu não conhecia, apesar de tu seres ali de pertinho, eu não moro mais lá, mas ainda tenho muita relação, há pouco tempo, fui na festa do Coral Sinuelos da Paz. Recentemente, fui no festa do Coral Sinuelos da Paz, começou no Colégio João Calábria que, há 33 anos, se não me engano, o Diogo desenvolve um excelente trabalho lá com esse coral, que hoje é sediado lá no Salão Paroquial da Igreja Vila Nova. Então, eu sempre tive um contato muito estreito ali com toda a comunidade da Vila Nova. Então, Lucas, eu queria te parabenizar, não conhecia o teu trabalho, não conhecia o trabalho da associação. Quero te dizer que se escutam muitas histórias que não são boas sobre a relação de vocês lá com o entorno, com a comunidade. Então, nós precisamos esclarecer isso, pacificar. O Ver. Cassiá também tem um trabalho muito grande ali naquela região. Contem comigo para que a gente possa compatibilizar o uso desse espaço, Ver. Cecchim. Por exemplo, a Festa do Pêssego, na Vila Nova, está com perigo de não ser realizada, porque não existe uma interlocução para fazer lá no Centro de Eventos, e lá no espaço da igreja há alguns impedimentos estruturais, Ver. Mauro Pinheiro, que também estão colocados. Hoje pela manhã, eu liguei para Secretário Cristhian, que é o secretário que faz a articulação política do governo, colocando exatamente isso. Nós precisamos solucionar isso, a Festa do Pêssego está marcada para o dia 15 o seu início. Nós precisamos solucionar isso. Tenho certeza, Lucas, de que não terá nenhum impedimento e nenhum empecilho por parte da associação que lá está, nesse espaço que tem também essa finalidade. Pode inclusive continuar tendo essa finalidade e abarcar esse projeto social importante que trabalha com crianças, um trabalho de voluntariado que tem que ser, Ver.^a Cláudia, mantido. E o que nós precisamos lá, então, é pactuar a utilização desses espaços. Contem comigo. A primeira grande tarefa que eu quero aqui convidar a todos é para que nós tenhamos a realização da Festa do Pêssego lá nesse espaço. Precisamos devolver a Festa do Pêssego lá para o Centro de Eventos Ervino Besson, que foi projetado para a finalidade primeira de realizar esse evento e não tem nenhuma incompatibilidade, Ver. Comassetto.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. coloca um tema importante, eu até proponho que a gente forme uma comissão aqui, Ver. Pujol, para que a gente possa falar com a Secretaria Municipal, com o vice ou com o prefeito e formemos depois uma comissão – não precisa ser formal, comissão externa e tal-, mas um grupo de vereadores. Esse é um projeto para a cidade, não é um projeto de um vereador. Eu acho importantíssimo que a Cláudia tenha levantado essa questão aqui. Nós temos a obrigação de estar contigo nessa peleia que é de toda a cidade, Ver.^a Cláudia. Foi muito bem-posta essa questão.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para completar, Ver. Adeli, eu estava conversando com o Mauro Pinheiro agora e ele fez essa proposição de nós nos unirmos e irmos até o secretário para conversar.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Ótimo, perfeito.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, V. Exa. concedeu aparte incorretamente, porque V. Exa. está falando em Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Agradeço, Presidente. O Ver. Comassetto é engenheiro agrônomo e mora num paraíso do Extremo-Sul de Porto Alegre e com certeza vai se somar aí também nessa empreitada para que a gente possa compatibilizar esse espaço, que comporta todas essas atividades. Estou muito bem contemplado. Agradeço ao meu querido colega Ver. Paulo Brum, pela cedência do espaço na Comunicação de Líder. Inicialmente, também falei em nome da bancada do PTB, por cedência também do Ver. Dr. Goulart, do meu colega Ver. Luciano Marcântonio. Obrigado, e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ficamos muito felizes quando as galerias são ocupadas pelos porto-alegrenses; saúdo especialmente quem ocupa aquele espaço diariamente. Eu não poderia deixar de saudar o Lucas. Nós temos uma relação de amizade e eu acompanhei toda essa questão, levantada pelo Ver. Cassio Trogildo, da ocupação do espaço. O Lucas frequenta mais a nossa Casa, trabalhava no Poder Executivo e encaminhou, Ver. Cassio, ao secretário Luciano Alabarse as questões culturais, inclusive, foi por meio da apresentação do Lucas que os vereadores aprovaram a inclusão do festival de música no calendário municipal.

Todo esse impasse que foi apresentado entre a Secretaria da Cultura, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ver. Adeli e Ver^a. Cláudia – proponente da homenagem – eu pude acompanhar, tentei ajudar ao máximo enquanto estava à frente da liderança do governo. Hoje o nosso líder já se manifestou sobre o tema de a Câmara participar dessa questão da Vila Nova, então eu não poderia deixar e saudar, aqui, o teu trabalho, da tua equipe – tu não trabalhas sozinho -, sei de todas ações, as aspirações de vocês lá para o reforço escolar da gurizada, o projetos de contraturno escolar, que incluem esportes, oficinas de corte de cabelo, todos os voluntários que fazem isso acontecer. Sei dessa vontade, sei da dificuldade, Ver.^a Cláudia, que existe legalmente, toda essa questão que envolve o Poder Executivo e espero que rapidamente se resolva. Inclusive foi proposto que houvesse o compartilhamento da utilização, porque é um espaço muito importante, a Vila Nova precisa daquele espaço aberto à comunidade. Não se admite que um espaço como aquele tenha um cadeado e uma corrente forçadamente impostos para que a comunidade não utilize o espaço. Então, eu estou aqui em nome da bancada do PSDB, em nome do Anderson Fauri Casseres, que é meu chefe de gabinete e amigo de infância do Lucas, para dizer que no que eu, como vereador, puder, dentro das minhas competências, continuar trabalhando junto com os vereadores que já se pronunciaram, que são da região, continuarei à disposição. Saúdo aqui o que vocês fazem pelos motivos certos, porque muitas pessoas são julgadas equivocadamente, Lucas, porque são julgadas pelas réguas dos alheios. Eu sei que vocês fazem um trabalho pelos motivos certos, estão de parabéns e contem comigo. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vou-me permitir, aqui, Lucas, fazer uma pequena retrospectiva da construção do Centro de Eventos da Vila Nova. Para aqueles que não conhecem a história, principalmente a juventude que está aqui, a gente deve sempre recuperar a construção da história, para que possa ser organizada. Em 1994, nós iniciávamos a discussão para a construir o atual Plano Diretor e tínhamos todo o debate sobre o que fazer com a produção de Porto Alegre e o que fazer com a zona rural e a zona que intermediava o urbano e o rural, assim nasceu o conceito de rururbano de Porto Alegre que está no Plano Diretor até hoje em debate. Aí, o Sindicato Rural da Vila Nova fazia a feira do Pêssego sempre, em frente à Igreja São José, e o local começou a ficar pequeno. Este vereador, que foi conselheiro do Orçamento Participativo na temática de desenvolvimento econômico, e a Arlete Mazzo, que, na época, era presidente da Associação vila Nova, gravamos, no orçamento do Município, o primeiro recurso para construir o Centro de Eventos da Vila Nova. Não tinha o local e nem a estrutura e, no último ano da administração popular, foi comprada aquela área em que está, hoje, o Centro de Eventos da Vila Nova. Para que foi comprada a área do

Centro de Eventos da Vila Nova? Foi comprada para ser um espaço das atividades multiculturais da região da Vila Nova e do centro sul, para ter a Festa do Pêssego, para ter a associação dos moradores, para ter atividades de cultura, para ter cursos para a juventude e outras estruturas. Para isso foi criado o Centro de Eventos da Vila Nova. Aí o Ver. Cecchim foi secretário da SMIC, e nós colocamos uma emenda, quero resgatar esse tema, naquela época, também de minha autoria, com um valor pequeno, não lembro o quanto, para construir o Centro de Eventos. E o dinheiro, óbvio, nunca dava. Aí o Cecchim disse: “Podemos aproveitar a estrutura do mercado público do centro, onde está o Camelódromo, que tinha ali, para colocar lá?”. Dissemos, sim, podemos. Foi colocada aquela estrutura que lá está. Agora, para a surpresa, num momento em que não é o de excluir a festa do pêssego, não é o de excluir a juventude que lá quer fazer cursos, não é o momento de excluir, mas o momento de nós retomarmos e aquele espaço ser de toda comunidade de Porto Alegre e ser a comunidade do Centro-Sul da cidade de Porto Alegre. Portanto, venho aqui, Lucas, com esta fala que acho que é um equívoco não querer que a juventude ocupe, não querer que a Festa do Pêssego seja lá, não querer... Infelizmente, no meio desse processo, faleceu o nosso colega Ervino Besson. Um ano depois da festa, lá na Vila Nova, eu fui representando a Câmara, havia vários vereadores, e fiz uma fala pública sugerindo que o nome daquele centro fosse o nome do colega Ervino Besson. Assim foi feito. Muitos gostaram, outros não gostaram, e o Nedel, como sempre, assumiu a paternidade e autoria, e fez um projeto de lei assinado por todos nós para que pudéssemos dar o nome do Ervino Besson ao Centro de Eventos da Vila Nova. Então, fazendo esse resgate histórico, principalmente para a comunidade que aqui está, dizer que lá tem que ter todas as atividades, que ninguém pode ser excluído daquele local, e se precisar fazer a comissão que o Adeli fez, vamos fazer para manter aquele um local de potencial para a comunidade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): ...Para concluir, Sr. Presidente, há poucos dias, estiveram aqui as meninas que coordenam os escoteiros lá, pois eles também estão sendo expulsos. A Silvia, que é arquiteta e trabalha no DEMHAB, coordena os escoteiros naquela comunidade, esteve aqui informando sobre isso. Não podemos excluir os escoteiros, temos que integrar os escoteiros, fazer ali, junto com o centro de segurança... A Brigada Militar entrou com uma ação para tirar os escoteiros de lá, o Consepro, ali na frente. Então esse tema também tem que vir junto, temos que tratar o tema como um todo. Ver. Reginaldo Pujol, se precisar desse processo histórico e precisar de nós, como já disse o Adeli, em nome da nossa bancada, somos aliados para que aquele seja um local de todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente, Ver. Pujol; boa tarde, Lucas; boa tarde aos demais presentes, vereadores e vereadoras, e pessoas que nos assistem em casa. Eu estava falando esses dias com o nosso Prof. Leandro, conversamos, fui seu vizinho, ele é filho do meu amigo Jorge, e agora, estava falando com o Tim, meu amigo, que está aqui com a sua esposa, a Mara Rúbia, e a Julinha. Meus parabéns, Cláudia.

O Ver. Cassio falou sobre o espaço da Festa do Pêssego. Eu acho que o espaço é para todos: que haja a Festa do Pêssego, mas que o pessoal continue utilizando o espaço, porque eu conheço bem aquela área, e essa situação de usar aquele espaço está tirando muitos jovens, muitas crianças das ruas. Falo em meu nome e do Ver. Airto Ferronato, estamos, Lucas, numa parceria – como já foi falado aqui, Leandro -, para a gente ajudar, para que esse espaço sirva tanto para a Festa do Pêssego como para vocês. É difícil ter um espaço dentro de Porto Alegre, é muito difícil, tem espaços que ficam ociosos anos e anos e não são utilizados, e agora que vocês entraram no espaço para ajudar numa situação que é para as crianças, é uma maravilha, eu sei disso. Tenho acompanhado, porque passo por ali diariamente. Estava falando com um vizinho meu, ele ficou muito feliz, porque o filho dele participa daquele espaço. Nós, como vereadores e Câmara de Vereadores, só temos que dar uma força para que vocês continuem lá. Todo mundo uniformizado, que maravilha essas crianças! Então a gente não pode deixar que tirem esse espaço de vocês, Leandro. Volto a dizer, já é uma dificuldade para arrumar um espaço, e o projeto de vocês existe de maneira organizada, um projeto bem organizado. Estava falando com o Tim, dizendo que a gente não tinha essa possibilidade: ou a gente estava dentro de casa, ou estava na rua. E é aí que começa aquela má companhia, a criança já passa para o outro lado, e eles ali, no dia a dia, nesse projeto, as crianças já vão se criar num sistema em que sairão adultos preparados para a vida. Então, quero deixar aqui bem claro que, mesmo que haja a Festa do Pêssego, o espaço continue lá para vocês utilizarem, que é o mínimo que se pode querer para um projeto organizado como o de vocês. A gente está à disposição – falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato, do PSB –, e hoje foi falado para os vereadores se reunirem, chegarem a um denominador comum, porque para nós é muito importante, e vocês nem sabem a alegria de ver essas crianças lá fazendo esses esportes, porque, volto a dizer, muita gente quer botar seus filhos nos lugares, mas não tem como pagar, todos sabem que uma mensalidade, hoje, para um esporte, não é assim: “Bota teu filho lá”. Mas e o dinheiro? Dinheiro não cai do céu. Então, podem contar com a gente, Lucas, quando for feita essa reunião, que eu e o Ver. Airto Ferronato, a nossa bancada, estamos à disposição para dar um apoio para vocês. Fico muito alegre pela visita de vocês, por esta homenagem hoje, Lucas, e vida longa ao projeto de vocês. Um grande abraço e que Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Convido a Ver.^a Cláudia Araújo a fazer a entrega do diploma ao Sr. Lucas Duarte.

(Procede se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Sr. Lucas Duarte, representando a Associação Cultural e Social Vila Nova, está com a palavra.

SR. LUCAS DUARTE: Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. A gente constituiu a Associação Cultural e Social da Vila Nova, como a Ver.^a Cláudia falou, em 2015, pelo motivo de o nosso bairro, Vila Nova, estar um dos bairros mais violentos de Porto Alegre. E a nossa comunidade nunca teve um projeto social dentro do bairro. Então, pessoal, a gente sentiu a necessidade de constituir um projeto dentro do bairro para dar oportunidade para aquela criançada que está ali, trazendo grandes resultados para a Associação.

Nós temos como objetivo desenvolver ações que favoreçam e respeitem a identidade, a individualidade, os valores e as expectativas das crianças e adolescentes, na relação do conjunto socioeducativo, além do desenvolvimento da autoestima.

A Associação Cultural e Social Vila Nova tem como meta a busca do desenvolvimento individual e coletivo, a integração social, através das relações plurais, além de oportunizar o acesso à cultura. Hoje a gente oferece, totalmente gratuito, dentro do projeto, cursos, oficinas de capoeira, jiu-jítsu, reforço escolar do primeiro ao quinto ano, danças afros e rítmicas, oficina de *funk* consciente, teatro, escolinha de futebol, hora do conto, artesanato, curso de inglês, curso de cabelereiro, curso de maquiagem, curso de elétrica e curso de sabonete. Isso totalmente gratuito.

Quero mandar um abraço para os professores Milton e Massarico, que estão aqui presentes, que doam seu tempo, voluntariamente, sem cobrar um real – sem vocês o projeto não existira. Muito obrigado. Fora os eventos que nós realizamos, dentro do Centro de Eventos Ervino Besson, que é a Páscoa, em abril; em julho é a festa Julina; em agosto, o Festival de Música, Cultural e Social, que aqui o Ver. Moisés botou dentro do Calendário de Porto Alegre, que é um evento de Porto Alegre também, onde passam mais de quatro mil pessoas nesse dia de agosto, no primeiro domingo de agosto. Em novembro, fazemos o aniversário da Associação, no mesmo dia do meu aniversário, dia 7 de novembro, e o Natal Solidário. Pessoal, todos esses eventos são com entradas gratuitas, todos esses eventos, como a Páscoa, Festa Julina, Natal Solidário, a gente já arrecada muitos alimentos que são oferecidos totalmente gratuito para as crianças, não é cobrado nada. Para concluir, mesmo oportunizando muitas iniciativas que beneficiam nossa comunidade, ainda não estamos regularizados dentro do espaço público Centro de Eventos Ervino Besson. Hoje, o espaço já é de responsabilidade da Secretaria da Cultura, e o secretário Luciano Alabarse já esteve presente, no ano de 2018, em nosso projeto e saiu satisfeito com nossas ações sociais. Enviamos um ofício para o mesmo, no mês de outubro de 2019, já colocado num processo SEI, onde pedimos a regularização da entidade ao espaço público, porque tem que ter uma entidade

responsável para cuidar daquele espaço, Ver.^a Cláudia. Eu acho que esse espaço tem que ter alguém que seja responsável. O Centro de Eventos Ervino Besson era um espaço que, infelizmente, só era aberto no mês de novembro, era mais usado pelo sindicato rural para benefício deles para atender o povo da agricultura, e hoje a gente abre, de segunda a sábado, aquele espaço para a comunidade. Naquele espaço, hoje, construímos uma praça - quem conhece o bairro Vila Nova sabe que o bairro não tem praça -, onde todos se sentem seguros de estarem lá, construímos uma cancha de futebol, hoje a comunidade está em peso ali usufruindo do espaço, de segunda a sábado. Dizer também que a gente ama demais a Festa do Pêssego, me criei, tenho 34 anos, dentro da Festa do Pêssego e me deixa muito triste saber que a Festa do Pêssego, cada vez mais, vai regredindo, caindo.

A gente até tentou, vereador, fazer com que a gente pudesse, por ter experiência com o evento, revitalizar a festa. Dizer que nós somos a favor e queremos construir juntos uma nova Festa do Pêssego para que ela continue grande como ela sempre foi. Eu gostaria de agradecer vocês, eu amo todos vocês, a associação existe, por causa de vocês!

(Manifestações nas galerias.)

SR. LUCAS DUARTE: Não é por minha causa, eu só estou aqui representando a fala de vocês. Então, aquele diploma é de vocês, não é meu, não é do Leandro, é de vocês. Gostaria de agradecer a todos os vereadores, principalmente, à Ver.^a Cláudia Araújo, esta homenagem, muito obrigado de coração. A gente fica feliz, e isso nos dá força para que a gente possa continuar lutando, continuar salvando vidas e convidá-los, para quem não conhece a nossa entidade, no dia 9 de novembro, sábado, estaremos tendo o nosso seminário de jiu-jítsu com o professor Milton, a partir das 14h. Estão todos convidados para conhecerem a nossa entidade. Muito obrigado, e eu faço um apelo aqui a todos os vereadores, que tenham carinho e um olhar especial, porque a gente está fazendo dentro do bairro Vila Nova, porque a gente só quer, simplesmente, salvar vidas. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com muita satisfação, eu encaminho a conclusão desta parte de nossa sessão ordinária de hoje, que foi este momento solene em que homenageamos a Associação Cultural e Social Vila Nova pelos seus quatro anos de relevantes serviços prestados à cidade de Porto Alegre. Nós queremos convidar toda esta rapaziada, estes jovens, meninos e meninas aqui presentes, que venham até aqui, conosco, todos aqueles que compõem a delegação da Vila Nova, para que compareçam aqui, na frente da tribuna, para o registro fotográfico deste acontecimento para o qual nós convidamos também todos os Srs. Vereadores que participaram do evento ou que a ele queiram se integrar no presente momento. Muito

obrigado a todos. Meus parabéns a entidade e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h18min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h22min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol; colegas vereadores; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara; eu não poderia deixar de fazer uso da palavra na tarde de hoje, vez que iniciamos o trabalho deste mês importante de reflexão, de conscientização de duas matérias importantes, fundamentais que o meu mandato trabalha: o Novembro Azul, referente à saúde do homem; e o Novembro Roxo, que trata a questão da prematuridade. Eu sempre digo, quem quer fazer tudo, não faz nada. Meu líder, Ver. Idenir Cecchim, eu fiz uma separação no meu mandato: nos dois primeiros anos, trabalhar à frente da saúde do homem, nos dois anos seguintes, à frente da prematuridade. Instalei duas frentes importantes durante este mandato, de conscientização, de trabalho, e deu a coincidência de as duas ações serem no mês de novembro. Isso é bacana, porque a gente tem que trabalhar, são causas que motivam a gente a trabalhar a cada dia. Por isso nosso mandato, mais do que a bandeira da saúde, empunhou essas duas causas importantes.

Nos dois últimos anos, a Frente Parlamentar da Saúde do Homem se reuniu com especialistas na temática e gestores das instituições de saúde para, ao final de um ano, chegarmos a ações pontuais para reverter o índice de 80% das enfermidades que mais atingem os homens, e que possam ser encaminhadas em ambulatórios, ou seja, alguns adoecem por não buscar o auxílio da saúde. Hoje, Ver. Medina, que entregou o lacinho azul – importante seu gesto, quero lhe cumprimentar –, com o Novembro Azul, conseguimos trabalhar, de forma efetiva, a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata, mas é um campo muito mais amplo. Atendimento integral à saúde é um direito fundamental, constitucional.

Resultado das discussões sobre o tema? Números comprovam o aumento dos homens na busca de atendimento com os postos em horário estendido até as 22h. Por que será? Aquele preconceito de o homem não mostrar fragilidade, humildade, de dizer que está procurando um médico para fazer o diagnóstico da sua saúde.

Nossa segunda causa é a prematuridade, causa mais sensível, que está impressa na fachada da Câmara – cumprimento a Mesa Diretora por participar dessa campanha – através de um *outdoor* convidando para participarem da 4ª edição da caminhada pela causa, que vai ocorrer, neste domingo, na Redenção.

A prematuridade está ligada a 53% dos óbitos no primeiro ano de vida. A nossa capital, Porto Alegre, é referência no tratamento de pré-termos e casos graves no Estado, mas temos um índice de 12,6% de prematuros, que é acima da média do Brasil e do Rio Grande do Sul. No País, corresponde a 12,4%, o dobro dos países da Europa, e

no Estado chega a 12%. Nascem no País um total de 931 prematuros por dia, o equivalente a 40 por hora. Nas últimas reuniões contamos com a prestação de contas da ampliação dos leitos de UTI neonatal nos hospitais, as ações do Primeira Infância Melhor, repassamos o protocolo de segurança do paciente, que vai da identificação correta do paciente a higienização das mãos e comunicação com os pais. Hoje, um prematuro que ficou internado após o nascimento, quando chega em casa, é acompanhado como qualquer outra criança, sendo que os prematuros são propensos a doenças graves ou até mesmo a morte, mas com o tratamento e os cuidados adequados os riscos e possíveis deficiências podem ser reduzidos. Sim, é com um trabalho programático, de cultura, de conscientização, que vamos melhorar nossos índices, só depende de trabalho e de meses como o nosso Novembro, seja ele azul, seja ele roxo, o importante é a gente trabalhar essas causas e melhorar, cada vez mais, a qualidade de vida da nossa população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Waldemar Dalenogare Júnior, que trabalhava na portaria desta Casa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, quero me somar a sua solicitação pelo falecimento de Francesco Zanetello, falecido também no dia de hoje. Defiro os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol; saúdo os colegas vereadores e o público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias. Quero fazer uma fala destinada também à liderança de governo e toda a equipe da Fazenda que está hoje aqui, na Casa, a respeito desse projeto que está na priorização, que é o décimo sétimo na posição da ordem de votação, que autoriza o Poder Executivo a contratar uma operação de crédito, junto ao Banco do Brasil, de cerca de R\$ 50 milhões para a pavimentação da cidade, com o aporte da Prefeitura de mais de R\$ 12 milhões, é um tema muito relevante, eu gostaria de fazer uma reflexão acerca desses vários projetos em série que nós temos tido aí na Câmara, de apreciação de financiamentos. É muito importante, Ver. Cecchim, que a Prefeitura restabeleceu essa possibilidade de financiamento, e nós temos visto aí uma sequência de projetos de segurança. São R\$ 82 milhões aprovados para a segurança, R\$ 91 milhões para saneamento, R\$ 61 milhões para regularização fundiária, R\$ 121 milhões para o PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária, que inclui aí uma

série de estudos técnicos. Então, projetos muito importantes que a cidade de Porto Alegre não via, há algum tempo, por conta da sua incapacidade financeira. E o que me preocupa, na verdade, com essa série de projetos – e aí eu chamo a atenção da Fazenda especialmente – é que, por sua tramitação ter sido feita com urgência, eu, enquanto vice-presidente da CEFOR e a própria comissão não pode dar aí um devido parecer sobre especialmente os impactos disso nas projeções futuras de fluxo de caixa. Está aí o Ver. Ferronato, que é nosso presidente, Ver. Cecchim também integra a nossa comissão, junto com o Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Mauro Zacher. Então, por isso, eu gostaria de fazer essa fala no sentido de questionar como será o comprometimento mensal dos próximos meses, dos próximos anos com esses novos financiamentos. Quais serão as parcelas? Qual vai ser o limite de comprometimento de dívida com relação a nossa receita? Como se dará essa projeção financeira ao longo dos anos? Porque muito embora sejam muito importantes esses projetos – e eu estou de acordo com eles -, é importante também que tenhamos uma noção de como é que estão evoluindo esses novos comprometimentos, uma vez que nós estamos, sim, passando por um processo de profunda reforma fiscal, de ajuste de despesas, de ajuste também de receitas, e nós precisamos garantir que todos esses financiamentos não sejam apenas produtos aí para um próximo ano ou para este governo, mas, sim, que sejam benefícios perenes e que não comprometam também gestões posteriores, independente de quais partidos, quais grupos políticos vierem a liderar Porto Alegre. Mas é muito importante que tanto esses projetos sejam devidamente analisados, aprovados e, depois, executados, como também possamos acompanhar, no âmbito da fiscalização, que é o papel da Câmara Municipal, que possamos, obviamente, verificar se esse endividamento é saudável, se ele irá comprometer e em que nível comprometerá nossas receitas futuras, para que possamos eventualmente contribuir, fazer as devidas correções ou mesmo sugestões ao Executivo na aquisição de novos financiamentos. Acho que Porto Alegre ganha com vários desses projetos de financiamento, há muito tempo, nós não tínhamos esse montante de investimentos na nossa cidade, acho que isso é mérito dessa atual gestão. E, no intuito de fiscalizar e melhor acompanhar esses gastos, é preciso que essas informações também sobre projeções futuras possam ser feitas e, hoje, nós não temos condições de fazê-las, especialmente porque nós não conseguimos analisar com mais calma como é que serão obviamente as regras de contratação, como serão também todos os comprometimentos de receita com as suas parcelas, as alíquotas que serão colocadas nesse financiamento e assim sucessivamente. Então, fica essa fala muito mais para chamar a atenção para este fato, mas também de tornar relevante esse momento que Porto Alegre está vivendo de altos investimentos que poderão implicar em uma grande qualidade de vida futura que permeia diversas gestões no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. Mendes Ribeiro subiu a esta tribuna para falar sobre qualidade de vida e eu quero dar continuidade a este tema por dois grandes males da sociedade moderna: a obesidade e o sedentarismo. A obesidade e o sedentarismo estão lotando os postos de saúde. Eu fiz um projeto e protocolei nesta Casa e já enviei esse projeto ao Sr. Prefeito, que visa exatamente a esvaziar os postos de saúde e combater a obesidade e o sedentarismo, que eu chamo de sedentarismo zero e obesidade zero. É uma ideia simples que, se o governo quiser, pode implementar. Nós temos em Porto Alegre 790 academias de ginástica distribuídas por toda a cidade. Qual é a ideia do projeto? Conceder um desconto no IPTU para essas academias, um desconto escalonado de acordo com o tamanho da academia, e essas academias - espalhadas por toda a cidade - colocariam vagas à disposição para pessoas acima de 50 anos e ganhem até três salários mínimos. E o mais importante, Ver. Ferronato, é que esse projeto vai ser lincado – essa é a proposta - aos postos de saúde do Município. Os próprios médicos dos postos de saúde vão prescrever se aquele paciente com mais de 50 anos necessita fazer exercício em uma academia, se tiver pressão alta, se tiver colesterol alto, se tiver ansiedade, se estiver em depressão. Esse é um projeto amplo, Ver. Aldacir Oliboni – que é da área da saúde – que visa tornar a obesidade zero e o sedentarismo zero. A facilidade desse projeto é que as pessoas que ganham até três salários mínimos não têm como pagar uma academia. As pessoas que trabalham o dia todo precisam de exercício e não têm como ir a um parque; as 790 academias estão espalhadas, cobrindo toda a cidade, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo; Sr. Christian Lemos, secretário de articulação; Sr. Busatto, secretário da Fazenda. Com esse projeto nós estamos dando a oportunidade de esvaziar os postos de saúde, porque as pessoas vão muito aos postos de saúde com pressão alta, colesterol alto, dor de cabeça, dor no peito; tudo isso pode ser ansiedade, pode ser um princípio de depressão causado pela falta de exercício, pela obesidade, pelo sedentarismo.

Então, eu venho dividir com os colegas vereadores e vereadoras essa ideia de zerar a obesidade, de zerar o sedentarismo, possibilitando às comunidades carentes a prática de exercício, com a importante participação dos médicos dos postos de saúde, com a participação da Secretaria de Saúde na criação deste programa.

Ele vai lá, faz a sua consulta e, em vez de receber o remédio para pressão alta ou voltar todos os dias com dor de cabeça e com ansiedade, vai praticar esportes numa dessas academias. E o médico, no momento que for prescrever o exercício físico, terá a lista das academias e perguntará para o cidadão ou cidadã: “Qual é o bairro que você mora? “ Moro lá no Sarandi, moro próximo ao Comercial Sarandi.” “No Comercial Sarandi tem uma academia.” “ Moro no Parque dos Maias.” O Parque dos Maias deve ter três, quatro, cinco, seis academias.

Então, essa é a ideia já protocolada, já apresentada ao Sr. Prefeito, Sr. Secretário, ao líder do governo nesta Casa, e estamos querendo contribuir para fazer esse grande programa de qualidade de vida e ajudar a esvaziar os postos de saúde de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder e prossegue em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, nobres vereadores e vereadoras, público nas galerias, pessoas que nos assistem pela TVCâmara.

Neste mês de novembro, sabemos da importância de nós termos ações preventivas contra a situação que mais tem nos preocupado, hoje estamos aqui reunidos para falar sobre um assunto de extrema importância que é o combate e prevenção ao câncer de próstata e as atividades no novembro azul. O câncer de próstata permanece como uma importante causa de mortalidade no mundo; é o tipo de câncer mais comum no homem e o segundo em mortalidade, atrás apenas do câncer de pulmão. Sabe-se que quanto mais cedo o diagnóstico, maior a chance de cura. Sabemos que por medo, receio ou talvez vergonha a maioria dos homens foge do assunto, mesmo sabendo que se trata de uma doença muito perigosa. Os números estão aí para provar que os homens não devem, em hipótese alguma, ser negligentes com a própria saúde. O principal motivo para o diagnóstico tardio é a resistência dos gaúchos em realizar os dois testes básicos para a detecção da doença: o exame de sangue e, sobretudo, o exame clínico da próstata. Então, meus amigos, precisamos ajudar a mudar essa realidade. Nobres vereadores, infelizmente, temos andado nos grupos, na cidade, e temos recebido muitas reclamações e até mesmo pedidos de socorro, para que nós pudéssemos divulgar, orientar e ajudar os homens a se cuidarem mais, a ter um olhar mais clínico para a sua própria saúde, dentro e fora da saúde, em casa, entre familiares e amigos, abordando o tema de forma natural, falando e divulgando.

Aproveito para convidar os nobres colegas e suas assessorias para a 4ª Jornada de Saúde do Homem que será realizada no dia 18 deste mês, a partir das 8h, no Plenário Ana Terra. A atividade é uma realização do Instituto Nacional da Próstata com o apoio do nosso gabinete, por meio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Porto Alegre. Além da jornada, também serão realizadas palestras descentralizadas em diversas regiões da cidade sobre a importância do combate e prevenção ao câncer de próstata. Quando estivermos diante de uma situação onde se fala em sexualidade e saúde sexual, vamos aproveitar para abordar com franqueza, não perdendo a oportunidade de contribuir para o fim da cultura do preconceito e suas consequências. Pensem nisso os homens e, principalmente, os gaúchos, que têm a fama de serem machistas e de ficarem com vergonha de procurar o médico para falar de como está a sua saúde.

Eu ouvi uma reportagem, nesta semana, na rádio, falando, exatamente, sobre o cuidado que os homens têm de ter com a sua saúde. E a gente vê que, geralmente, a esposa ou as filhas, para aqueles que têm filha, pois, geralmente, a filha conversa com o pai, marca para que ele vá no médico fazer o exame para ver como está a sua saúde. Aí a gente vê a importância das mulheres neste papel, porque, se deixar para o homem, ele acha que não está na hora. O Ver. Freitas já está suando, o Dr. Osvaldo... Quando se fala desse exame, parece que, para os homens, é algo de outro

planeta. E isso não é verdade, é a sua saúde, é a sua vida. Você pode viver bastante com saúde, apenas tendo mais cuidado. Então parabênizo também o nosso Ver. Mendes Ribeiro, que estava aqui falando da saúde do homem, e dizer que estamos à disposição. Que Deus abençoe a todos. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores, público que nos assiste nas galerias, que nos acompanha na Rádio Web e na nossa TVCâmara; hoje o Rio Grande do Sul amanheceu com uma notícia que assombra, eu acredito, a todas as pessoas do nosso Estado: o governo do Estado, com o intuito de arrecadar logo no início do ano, simplesmente acaba com o parcelamento do IPVA. Antes, quem tinha placa de final zero, chegava a pagar o IPVA em agosto – sei disso porque tinha um carro com a placa final zero –, e isso foi minguando e chegou a um ponto em que todos os IPVAs do Rio Grande do Sul serão pagos somente no mês de janeiro, não permitindo sequer que as pessoas façam o parcelamento. Isso tende a aumentar o número de pessoas que estarão andando com seus carros irregulares.

No início do ano as pessoas, principalmente quem tem filho em idade escolar, começam a preparar as suas receitas; vêm de um final de ano, de um período de festas, geralmente, período em que as pessoas, as famílias do nosso Estado, em função do nosso clima, quem tem filho na escola tira férias. Além disso, nós teremos dificuldade de 350 mil servidores do Estado do Rio Grande do Sul pagarem o IPVA somente numa parcela. São 350 mil servidores do Estado que vêm tendo o seu salário parcelado, ativos e aposentados, mas, com o intuito de arrecadar, o governo do Estado – eu tenho severas dúvidas de quem está orientando o governador Eduardo Leite – cria um novo Refaz. Ao tempo que pune o cidadão, porque tira a possibilidade de parcelar o seu IPVA, tira a possibilidade de jogar esse IPVA até a metade do ano para o pagamento, o governo propõe fazer um parcelamento, fazer uma benfeitoria, fazer uma forma de ajudar os maus pagadores, o governo propõe um Refaz, onde os credores terão 90% de descontos em multas e juros. O que ganha quem paga em dia os seus impostos? Qual é o reconhecimento para aquele empresário que gera emprego, aquele empresário que mensalmente recolhe os seus impostos? E agora vimos o governo beneficiar os maus pagadores, porque há possibilidade de ter um desconto de 90% – não é até, o desconto é de 90 % nas multas e juros. Isso está comprovado que ajuda imediatamente a questão do governo, mas isso não ajuda em médio e longo prazo, as duas medidas não favorecem o governo e nem a população do Rio Grande do Sul, em hipótese nenhuma. Uma possibilidade que as pessoas tinham, volto a afirmar, de pagar o seu IPVA até junho, foi acabada, terão que pagar no mês de janeiro; a possibilidade de parcelamento do IPVA acabou, terá que pagar numa parcela só. Como fica o pequeno empresário?

Como fica a pessoa que depende do seu carro para fazer os seus trabalhos? Como ficam os 350 mil servidores do Estado, ativos e inativos, que têm seu salário parcelado? Como ficam as pessoas que já se programaram, porque várias já programaram o pagamento dos seus impostos e tributos? Como fica a população quando é pega de sobressalto numa medida dessas que não ajuda o povo, que não ajuda as contas do Estado, somente onera mais ainda o contribuinte? Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Pujol. Uma das nossas atividades aqui na Câmara de Vereadores, nas quintas-feiras pela manhã, é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Vocês sabem que a minha posição de líder da oposição tem sido uma posição muito crítica ao governo Marchezan por conta do fato de que a lógica deste governo é uma lógica de entregar tudo que é público para a iniciativa privada. Há ameaças de entregar para a gestão privada o HPS, privatização da saúde, privatização da educação, e essa é uma lógica que vem desde o início do governo, essa lógica, por sinal, privatista, tem feito com que o prefeito Marchezan seja repudiado pela população de Porto Alegre. A queda de popularidade do prefeito é evidente, o descontentamento com o prefeito é evidente, porque essa lógica de entregar a gestão pública para a iniciativa privada faz com que a gestão pública, ao invés de defender o interesse do povo mais pobre, passe a estar a serviço dos interesses empresariais e dos lucros dos empresários. Às vezes isso tem uma expressão muito concreta e muito nefasta na administração, como a expressão que nós tivemos – que acabou sendo objeto da CPI – da gestão tanto da Procempa quanto da Carris, a partir do empresário Michel Costa e da sua influência durante todo o primeiro ano da administração do prefeito Marchezan. Um empresário que, no processo de apuração dos crimes do DAER, tem sido ligado ao esquema criminoso e de corrupção, que fraudou em R\$ 0,5 milhão essa empresa pública ligada ao Estado. E depois disso, Ver. Bosco, depois dessa fraude, o senhor Michel Costa foi parte fundamental da campanha do prefeito Marchezan e levado pelo prefeito Marchezan para a administração da Procempa e da Carris, fazendo com que a lógica empresarial a serviço do empresário Michel Costa fosse a que primasse nas nossas autarquias. Isso tem sido muito grave, razão pela qual eu creio que nós, na semana passada, pudemos, na CPI, dar um passo, que é o passo de começar a definir as oitivas. Está aqui conosco um dos responsáveis pelo Banco de Talentos, naquela oportunidade, o senhor Christian Lemos, que vai poder, quando nós tivermos a oportunidade de escutá-lo na CPI, nos explicar, inclusive, quais foram os talentos que levaram o Sr. Michel Costa a ser o homem forte do prefeito Marchezan, durante todo o seu primeiro ano da gestão, na Prefeitura de Porto Alegre. Uma influência que segue existindo. E eu creio que a lógica que dá continuidade entre esse primeiro ano do prefeito Marchezan, com suas relações estreitas, com esse

empresário ligado a esquemas de corrupção no DAER, é a lógica que segue, infelizmente, imperando na Prefeitura, é a lógica de entregar a gestão pública para as empresas privadas, é a lógica que nós estamos vendo agora na saúde. Na saúde de Porto Alegre, nós temos uma ameaça da descontinuidade do serviço da saúde, por conta de que o prefeito Marchezan insiste em levar adiante um plano, que não só de liquidação do IMESF, não só de término do IMESF, mas também que vai levar à demissão de funcionários da área da saúde altamente competentes, apesar de nós termos na cidade de Porto Alegre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público de Contas, o Ministério Público Estadual dizendo para o prefeito, e apelando para o prefeito, que essa área, a gestão tem que ter, sim, o cuidado de garantir os empregos e, nessa área, a gestão tem que ter, sim, o controle público, mas o prefeito Marchezan tem como lógica privatizar tudo, entregar tudo para a gestão privada. Foi essa lógica que levou o prefeito Marchezan a nomear como presidente, como diretor técnico da Procempa e depois como presidente do conselho de administração da Carris um empresário que teve como meta liquidar a Carris a tal ponto que ele saiu da Carris e disse que a Carris não poderia nem ser privatizada, teria que ser fechada. Essa lógica de fazer com que os empresários dominem o público é uma lógica nefasta, é a lógica que dominou o Banco de Talentos, porque o Banco de Talentos foi sustentado por grandes empresas, foram essas grandes empresas que estabeleceram que critérios se teria de contratação e foram essas grandes empresas que deram as linhas mestras do prefeito Marchezan para a gestão do prefeito Marchezan. Mas o repúdio que a população tem a esse governo mostra que esse tipo de plano é um plano que não dá certo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, colegas vereadoras, vereadores, há momentos em que é necessário, como fizemos nesta homenagem lá da Vila Nova, Ver.^a Cláudia, tentar verificar se a gente não pode potencializar alguns espaços públicos. O Comassetto já falou aqui antes, colocando essa questão e, na minha intervenção, fiz o mesmo. Falo aqui, portanto, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Oliboni, nosso líder Sgarbossa, Ver. Comassetto –, para dizer que nós temos muitas preocupações com o cotidiano da nossa Cidade. Vejo aqui que o governo tem uma imensidão de projetos a votar, mas Ferronato, caríssimo Ferronato, qual a discussão que é feita entre o grupo de vereadores aqui – seja da base do governo, seja da oposição ou seja lá quem for – para a gente acertar votações, votação de projetos de vereadores, etc.? Caso contrário, este será o ano da ineficiência de aprovação de projetos. É óbvio que isso vai acontecer, porque há projetos que agradam a alguns segmentos, o pessoal vai buscar o quórum; em outros momentos, o pessoal não tem dado quórum, e tem disputas que serão feitas. Haverá muita disputa, se não houver negociação, discussão e boa vontade, Ver. Freitas. Ano que vem, há uma nova disputa

em nível local, portanto as questões municipais estarão no foco, e elas estão aqui nesta Casa. Portanto, há de se debater.

Vou aproveitar também, com a licença dos meus colegas, para convidá-los para hoje à noite, às 19h, a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Mercado Público Central. Nós queremos um movimento amplo de diálogo, de discussão, para chegarmos a um bom denominador comum, porque é assim o interesse da cidade. E o interesse da cidade deve estar a cima das nossas questões e também do debate político partidário, que é feito aqui, que é legítimo, mas a cidade espera que haja um consórcio de forças e energias, para que nós tenhamos alguns equipamentos públicos preservados como eles devem ser preservados. É o caso do Mercado Público, haja vista as audiências públicas, que não há uma voz sequer que defenda a posição hoje defendida pelo secretário municipal.

Também, na sexta-feira, dia 8, às 10h da manhã, aqui nós vamos retomar a Frente do Serviço Público, que eu combinei com vários vereadores que têm frentes que tratam de questões públicas – Robaina com a Carris, etc., está dentro desse bojo de discussões; Mauro Zacher com o DMAE – e outras frentes parlamentares que tratam especificamente de uma questão do serviço público. A ideia que estou conversando, Ver.^a Cláudia, sobre o serviço público, é que a gente pudesse, em março, de comum acordo, por essa frente, juntar todos os elementos importantes das várias categorias profissionais, termos um dossiê até março, para apresentarmos isso a todas as bancadas, a todas as entidades, à sociedade civil e também ao governo. Ou seja, para aqueles que dizem que a gente só faz demarcação, nós não estamos fazendo demarcação. Nós estamos tentando construir e pavimentar um caminho para que busquemos juntos algumas soluções. Não sei o que cada um fará com esses dados, com essas informações, mas a minha ideia é que não seja uma frente parlamentar *ad eternum*, é que ela seja transitória com outras frentes parlamentares, juntar esse rico material. O meu objetivo é entregar isso até março para a municipalidade. Muito obrigado e vamos em frente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Reginaldo Pujol, nosso decano, que preside os trabalhos de hoje e presidirá os trabalhos do ano que vem também. O mês Azul acho que veio em boa hora, mas, Ver. Robaina, eu queria, como o senhor muito bem diz, dialogar com V. Exa. Primeiro, a CPI tem que ser bem organizada – por favor, não quero lhe ensinar, quero que me entenda –, tem que ter um regimento; tem que ter folhas numeradas; as pessoas têm que ser chamadas na ordem que foram votadas. Eu entendi o seu discurso aqui, mas eu acho que V. Exa., que preside a CPI, não poderia fazer esse julgamento, condenação ou quase fazer esse senhor cumprir a pena. Acho que o presidente já traz para a CPI, e eu não acredito

muito nas CPI, mas eu gostaria que ela fosse produtiva, independentemente dos resultados.

O Ver. Janta trouxe aqui uma preocupação e uma verdade: o Rio Grande acordou assustado com o fim do parcelamento – mas, atenção, não é o fim do parcelamento dos salários – do pagamento do IPVA, também. Eu imagino as pessoas que acreditaram na campanha política e votaram neste governo! Eu até acho que por isso que a oposição na fala aqui sobre isso. Eu acho que a oposição não fala aqui, porque também foi enganada, a esquerda toda votou nesse projeto. Eu me lembro muito bem, fui coordenador da campanha do governador Sartori, e ele disse: “Não peçam para eu mudar.” Isso queria dizer: “Não peçam que eu faça promessa que eu não possa cumprir.” E cada vez mais, na política, quem fala a verdade recebe um reconhecimento. Eu vejo, pelas aparições públicas do governador Sartori, que todo mundo gostaria de tirar, e tiram foto com ele, porque ele sempre falou a verdade, ele não enganou. Ele não precisou dizer para ninguém tirar a bunda da cadeira. Não precisou dizer, porque ele tinha a cabeça no lugar, ele não se preocupou com a cadeira, se preocupou com a cabeça no lugar, com a verdade, e assim seguiu até o fim da campanha, sem se preocupar em ganhar uma eleição, preferiu ganhar a credibilidade, e isto ninguém tira do governador Sartori: credibilidade, honestidade, e não demagogia, que ele sempre pregou. Eu queria fazer esse registro sem querer atacar, eu não quero me meter em governo de ninguém, cada um tem o direito de fazer o seu governo, era só para fazer esse registro, de que a verdade compensa.

Nesse minuto que me resta, eu gostaria de fazer um pedido aos colegas, se me permitirem: como tem 18 projetos para serem aprovados, que trancam a pauta, porque eu já estou preocupado em aprovar um projeto meu, um projeto do Robaina, um projeto do Ferronato. Eu queria fazer uma conclamação: vamos votar, ganha ou perca, quem ganhar ou quem perder. Vamos votar, destrancar a pauta, para que a gente possa votar algum projeto durante mais um mês que nós temos. Nós temos muito pouco tempo.

Eu tenho projeto para votar, até o Mauro Pinheiro, que é líder do governo, deve ter um projeto, do mandato dele; o Ver. Moisés, o Ver. Comassetto, todos nós temos algum projeto. Eu tenho um projeto, simplesinho, que eu gostaria de votar neste ano. Então, queria fazer este apelo: vamos votar esses projetos que estão trancando a Pauta. Se for possível, vamos ficar até um pouquinho mais tarde; se precisar, vamos convocar uma extraordinária nas quintas-feiras, e vamos fazer com que a Câmara faça aquilo que tem que fazer: aprovar projetos de vereadores também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo Ofício nº 924, de autoria do Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, que solicita a retirada de tramitação do PLCE nº 007/19.

Apregoo Ofício nº 925, de autoria do Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, que solicita a retirada de tramitação, em regime de urgência, do PLE nº 006/19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h14min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Antes de iniciarmos o exame das matérias da lista já alongada de proposta do Executivo e do Legislativo distribuída para todos os Srs. Vereadores, cerca de 70 projetos, solicito que os vereadores se aproximem da Mesa.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h15min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h21min: Estão reabertos os trabalhos. Nós não vamos ficar discutindo a tarde inteira, porque aí não tem sentido. Então, o primeiro projeto que está na Ordem do Dia para ser votado é o PLCE nº 008/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. mais uns cinco minutos de interrupção para que pudéssemos colocar em prática a sugestão que eu fiz, que é de identificar o primeiro projeto e, talvez o segundo, para nós já termos agilidade. Acho que nós gastamos cinco minutos e economizamos tempo de tribuna.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, a minha vocação de liberar é imensa: não lhe concedo cinco, mas dez minutos.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Muito obrigado, Presidente, quiçá, possamos em menos de dez minutos já vencer essa etapa.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h22min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h26min: Estão reabertos os trabalhos. Informa o Ver. Mauro Pinheiro que há uma concordância para que nós comecemos através do PLCE nº 006/19, que é o segundo da Ordem do Dia proposto. Observação: este projeto está na Lei Orgânica, em função do art. 82, e foi incluído na Ordem do Dia em 23 de setembro.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0356/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/19, que altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos do Município. (Altera taxa/juros de mora, índice/correção monetária e multa/mora incidente/créditos vencidos da Contribuição/Iluminação Pública – CIP.)

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 23-09-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCE nº 006/19 (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto de origem do Executivo trata do realinhamento ou da disciplina dos tributos referentes à iluminação pública. Nós temos uma opinião favorável ao projeto e aproveitamos para falar sobre o tema da iluminação pública, porque o que está colocado aqui no § 6º, do art. 69-A, é que “fica excepcionado o dispositivo do *caput* do artigo dos créditos vencidos de contribuição de iluminação pública, os quais serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pró-rata e com correção monetária medida pelo índice geral de preços de mercado da Fundação Getúlio Vargas”. E o que fica incluído no art. 4º da lei de 1973? Que ficam excepcionados ao dispositivo do *caput* do artigo os créditos da iluminação pública vencidos, os quais estarão sujeitos à incidência de multa de mora de 2% no valor do tributo. Então, este projeto diminui a taxa de juros, e nós somos favoráveis a esse ponto, mas a grande discussão da iluminação pública, neste momento, e aproveitamos para trazer este debate novamente, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, é que a justiça suspendeu aquela parceria público privada na qual a prefeitura estava querendo terceirizar o tema da iluminação pública como um todo.

É bom nós debatermos isso, porque nós já tínhamos debatido antes e, nesse caso específico, nós somos favoráveis a esse projeto de lei, mas que está vinculado no mesmo pacote. Eu fiz um belo debate, outro dia, lá na RDC TV, sobre o tema, e dizíamos que esse é um tema que merece uma melhor discussão. Portanto, Ver. Mauro, como esse é um tema que não é por força nossa, mas por força de uma disputa judicial, nós gostaríamos de poder debater mais esse segundo tema, para verificarmos esse processo da parceria público-privada.

E, ao mesmo tempo, quero dizer que existem alternativas, e a oposição, no nosso caso, o Partido dos Trabalhadores, votará favoravelmente a este projeto, mas nós gostaríamos de discutir com V. Exas. e com o governo com mais profundidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 006/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Venho à tribuna, mais uma vez, para manifestar novamente uma preocupação que está nos perturbando. Os projetos do governo, do Executivo, têm vindo a esta Casa Legislativa de forma bastante atrapalhada – vamos colocar um adjetivo leve, nesta tarde chuvosa. E esses projetos estão entrando, todos, com pedido de urgência, e em alguns deles a urgência é questionável, porque pode ser construído um debate com a sociedade, com esta Casa Legislativa, num prazo mais dilatado. E o que nos preocupa muito também é a ausência da PGM na análise desses projetos de lei – isso faz muita diferença. A Procuradoria-Geral do Município é o órgão competente para fazer a análise das proposições de lei vindas do Executivo para que esses projetos cheguem à Câmara de Vereadores um pouco mais redondos, para que cheguem aqui neste plenário para a avaliação das comissões de debates na Casa do Povo de forma mais tranquila. Um dos primeiros órgãos de tramitação dos projetos de lei é a nossa Procuradoria. E a Procuradoria do Legislativo Municipal tem apontado, em quase todos os projetos, indícios de ilegalidade. Isso nos preocupa, porque parece que o prefeito e seus assessores desconhecem a Lei. Eu sei que o prefeito, se não me falha a memória, é formado em educação física; fez até apresentações de dança nas praças de Porto Alegre, e algumas pessoas dizem que esse foi o momento alto do Governo Nelson Marchezan Júnior à frente da Prefeitura desta cidade, dançando Despacito – e tem formação em direito. Alguém que tem um conhecimento em direito não pode cometer tantas barbeiragens na elaboração de projetos de lei. A nossa Procuradoria, que é um órgão técnico e não é um órgão vinculado a bandeiras ideológicas ou a partidos políticos, aponta decisões do STF dizendo que leis locais não podem fixar índices de correção monetária, em crédito tributário, em percentual maior do que o estabelecido pela União, e coloca a decisão do STF, um incidente de inconstitucionalidade. Portanto, já que a União adota a taxa Selic para atualização de créditos, juros e correção monetário, e a taxa Selic é, apontada pela Procuradoria, inferior a 1%. Portanto, a proposição, encaminhada até essa Casa Legislativa, por parte do Executivo, torna-se ilegal.

Então, é importante que os vereadores e vereadoras façam essa reflexão: que tipo de projeto nós estamos discutindo e votando com pedido de urgência; se são, na sua maioria, projetos que apontam vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade nos quais faltam peças e elementos muitos importantes, em boa parte deles, como levantamentos financeiros e econômicos. O que nos transparece é que não há seriedade na condução da

administração da nossa tão querida Porto Alegre. Esse desdém com relação a legislações e a esta Casa Legislativa prejudica muito os nossos trabalhos, mesmo porque o pedido de urgência impede que esses projetos tramitem adequadamente nas comissões para ter uma discussão, uma análise, e inclusive pareceres das comissões permanentes desta Casa Legislativa. Fico por aqui. Continuemos nossos trabalhos.

Muito obrigado pela atenção e até a próxima.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLCE nº 006/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0366/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/19, que inclui o § 5º no art. 2º da Lei nº 9.970, de 30 de maio de 2006, e alterações posteriores, que criou a Corregedoria da Guarda Municipal no âmbito do Município de Porto Alegre. **(Prestação de contas/relatório de atividades à SMTC.)**

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 23-09-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 011/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa para resolvermos qual a próxima matéria a ser votada. (Pausa.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0464/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/19, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE n.º 017/19.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Percebamos que o plenário aqui na frente está bastante tumultuado, estamos tentando organizar uma ordem para a discussão e votação dos projetos, e esse que entra em período de discussão agora é uma solicitação do Prefeitura Municipal para contratar um crédito de R\$ 50 milhões com o Banco do Brasil para um programa que abarque pavimentação e obras viárias na nossa cidade. Todos sabemos que, desde o início deste governo, lá no início de 2017, houve total e completo abandono das nossas ruas, buracos proliferaram-se como ratos no lixo, e a nossa cidade começou a ter a nossa malha viária totalmente deteriorada. O que me preocupa, neste projeto de lei, nesta autorização ao governo municipal é o tipo de serviço que será prestado à população, porque, até agora, o governo tem sido fiel ao discurso caótico, disseminando que as finanças da Prefeitura estão destruídas, que o Município está à bancarrota, que não tem dinheiro para nada e que há possibilidade de parcelamento de salário dos servidores, isso nos preocupa, porque a situação vendida pelo prefeito é a mesma desde o início de 2017 e se estende até agora. Embora o secretário da Fazenda Busatto, que estava aqui conosco, tenha afirmado, no final do primeiro quadrimestre, que houve superávit nas contas da Prefeitura, o discurso voltou agora, com bastante força, alarmando a cidade e os servidores públicos de Porto Alegre. Eis que estamos em ano pré-eleitoral, a autorização para contratação de um crédito de R\$ 50 milhões e um programa de pavimentação não podem obedecer aos interesses eleitorais daqueles que estão no governo e, sim, aos interesses da nossa população que quer – e tem o direito – circular em vias asfaltadas, porque isso não é só importante para os proprietários de veículos automotores, Ver. Paulinho Motorista, para os pedestres também: no momento em que um carro desvia de um buraco, ele pode avançar sobre uma calçada causando uma tragédia, por isso nós precisamos que a nossa cidade seja melhor cuidada. Todos devem estar acompanhando que algumas das nossas ruas começaram a ser repavimentadas, e se vocês notarem, os prognósticos climáticos não são os melhores, mesmo assim as máquinas estão a todo o vapor. No ano que antecede a eleição, asfaltos cobrindo algumas das nossas ruas, mas, se colocar cobertura asfáltica sobre piso molhado, não vai durar um ano, e esse asfalto vai se desintegrar mais uma vez; vai ser uma gambiarra eleitoral que não terá a cobertura pelo tempo que o investimento merece.

Portanto, eu gostaria de fazer um alerta para todos os integrantes dessa Casa Legislativa: R\$ 50 milhões para melhorar a nossa cidade é justo; agora, para fazer trabalho meia sola, para fazer trabalho vagabundo, que se deteriore logo após a eleição,

aí é muita sem-vergonhice com a nossa cidade. Se a Prefeitura não fizer uma análise do tempo das condições climáticas, para botar os equipamentos na rua e fazer um trabalho eficiente e duradouro, é rasgar dinheiro para garantir a reeleição desse prefeito, que tem maltratado a nossa cidade, e agora pede R\$ 50 milhões para consertar tudo que ele deixou se deteriorar até agora.

Deixo esses assuntos e essas dúvidas que martelam a minha cabeça, neste momento de discussão, para que possamos, nos encaminhamentos, ou até mesmo nas discussões, aprofundar esse debate. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 017/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, a nossa bancada, a bancada do PT, bem como a bancada de oposição, nós nunca votamos contra projetos que busque recurso para o Município de Porto Alegre. É óbvio que, se é para buscar recurso, e o Ver. Alex, que me antecedeu, traz um conjunto de preocupações aqui que é o nosso papel constitucional, que é fiscalizar esses recursos... Nós gostaríamos de ter aqui da tribuna uma fala do líder do governo que garanta para todos nós que os R\$ 50 milhões que nós estamos aprovando aqui para captar recurso, mais os R\$ 12 milhões de contrapartida do Município, que vai totalizar R\$ 62 milhões para pavimentar essas vias tem que constituir uma fiscalização rígida para isso. Como engenheiro, posso falar o seguinte, Ver. Paulinho Motorista – o senhor, que foi motorista de ônibus, sabe: nas vias estruturadoras, se o asfalto não tiver as recomendações técnicas, se não tiver a espessura que tem que ter, quatro, cinco meses depois, com as chuvas, começa a esburacar tudo novamente. O que acontece aqui também? Na espessura do asfalto, se não tiver o engenheiro lá com o analista técnico medindo, em 4,9 quilômetros, como é a João de Oliveira Remião, três milímetros que ficarem aquém dessa totalidade dá um volume financeiro muito grande. Portanto, a nossa preocupação aqui é que esse serviço seja bem executado na pavimentação, porque é barbada diminuir alguns milímetros na camada do asfalto, não fiscalizar corretamente e esse dinheiro ser mal aplicado. Nós, que sempre reivindicamos e que cobramos do líder do governo que tinha que ter a lista das ruas que vão ser pavimentadas, anuncio que está colocada a Estrada de Belém Velho, que é uma estrada longa que precisa ser pavimentada, ou está colocada aqui a João Antônio da Silveira, lá na Restinga, que está toda esburacada, intransitável, ou está colocada a João de Oliveira Remião, que é da Lomba do Pinheiro, que também está com buracos para todos os gostos. Nós temos dito que, nesse tema de pavimentação e de buracos, o prefeito é extremamente democrático, porque tem buracos para todos na cidade, para ricos e para pobres. Então, nesse caso, ele aponta aqui para um conjunto de vias estruturadoras da cidade de Porto Alegre que temos aqui o nosso parecer favorável à votação, obviamente. Gostaríamos, Dr. Goulart,

que tivesse a fiscalização rígida, porque o governo, volto a dizer, se não fiscalizar, o serviço nem sempre é bem feito.

Vereador Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero reportar à sua fala que aquela rua está completamente abandonada por vários governos e perigosíssima, cheia de buracos – a João Antônio da Silveira precisa de um socorro urgente. Por isso temos que nos vacinar em todos os mecanismos legais que possam existir, a partir desta Câmara, para não deixarmos as pessoas se machucarem, que vai começar a dar acidentes daqui para frente.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Então, continuando aqui, também a Av. Oscar Pereira é outra via estruturadora da cidade de Porto Alegre, que leva para o eixo centro-sul, ou a Av. Sertório, que está colocada aqui também como prioridade. O problema não é nós aprovarmos o crédito, já tem a nossa posição, nós sempre defendemos os projetos para qualificar Porto Alegre, mas aprovarmos o financiamento não está garantindo, por si só, Ver. Moisés, a qualidade da execução. E é esse tema sobre o qual estamos nos debruçando aqui para que o governe nos apresente, inclusive, quando der o início de cada obra dessas, quem será o engenheiro que fiscalizará essas obras para que nós possamos ajudar o Município a realizar bem esses trabalhos. O Ver. Luciano Marcantônio, que foi secretário de obras, sabe disso.

Eu gostaria de dizer mais duas coisas: nós gostaríamos de ver um projeto aqui para restabelecer as duas usinas de asfalto que tem em Porto Alegre, que o custo poderá ser muito mais baixo e também, naquelas escolas da periferia, que as crianças não conseguem chegar na escola, porque não tem calçada e elas têm que caminhar em cima da pista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLE nº 017/19.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Boa tarde a todos. Esta iniciativa do governo Marchezan é extremamente importante no sentido de nós conseguirmos normalizar e avançar na qualidade do asfalto da nossa cidade. Tenho certeza de que a maioria dos colegas aqui votará a favor. Vale salientar que nós temos um problema de mais de 85% de desgaste da nossa malha viária – isso não é por acaso. Nós passamos muitos anos, em quase da totalidade dos serviços da DCVU – Divisão de Conservação da Via Urbana, que fez parte da Secretaria de Obras e Viação e faz parte, agora, da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM, da qual o Ver. Sabino foi secretário durante um período, e eu, na sequência, assumi a tarefa de capitanear a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, que é a ex-Secretaria de Obras e Viação. Devido à situação econômica do Município, infelizmente, o governo foi obrigado a conter os gastos – não vou falar do passado, vamos falar do presente. E

essa situação de conter os gastos fez com que, realmente, o nosso asfalto, a nossa malha viária, tanto asfáltica como a estrada de chão, ficassem muito prejudicadas. Nós, junto com o prefeito Marchezan e demais secretarias, como Planejamento e Gestão, Fazenda, e, claro, a própria SMIM, sempre buscamos construir um projeto para, finalmente, não ficarmos naquela situação, que aconteceu há muitas décadas na Prefeitura, da operação tapa buraco, que é fresar e asfaltar – ações que não resolvem. A questão mais importante, com a qual os vereadores estão preocupados e a também a sociedade, que fiscaliza, é a requalificação estrutural da malha asfáltica. Com estudo e com projeto, consegue-se fazer o serviço de melhoria da malha viária asfáltica, desde a sub-base até a superfície. E para isso a Prefeitura tem projeto, para que nós possamos ter esse serviço, não só na operação tapa buraco, que é importante, mas hoje tem materiais muito mais qualificados para serem usados na operação tapa buraco, e não só na conservação, mas na revitalização asfáltica, que é fresar e asfaltar – que também é importante –, mas, principalmente, o que não existe em Porto Alegre há mais de 30 anos, que é a recuperação estrutural do asfalto. Teremos isso. Então, é meritória a decisão de o Prefeito encaminhar o projeto. Nós que fomos secretário de obras, eu e o Ver. Sabino, sofremos muito com isso, mas permanecemos lá atendendo a comunidade, atendendo todos os vereadores, e tivemos muitas limitações para fazer esse serviço. Foi um período de dois, quase três anos em que, realmente, o nosso governo estava passando por uma recuperação econômica, e agora está aí, o governo avançando não só no asfalto, mas em todas as áreas prioritárias de serviços para a população.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Luciano Marcantônio. Eu queria aqui contribuir com a sua fala e dizer que ainda está faltando uma “perna” desse processo, que é a rede pluvial. As redes pluviais estão quase todas entupidas, e se não tiver escoamento da água, é o número um para destruir o asfalto novo, feito. Então, gostaríamos que o governo apresentasse um projeto também para restabelecer as redes pluviais de Porto Alegre. Muito obrigado.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Os desafios são enormes, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e o DMAE, agora com a fusão DEP/DMAE, têm muito mais condições de enfrentar essa situação também da drenagem. Muito obrigado a todos, finalmente um projeto que vai definir como prioridade o asfalto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLE ° 017/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Pujol. Encaminhando este projeto de lei do financiamento de cerca de R\$ 50 milhões para a pavimentação, eu entendo que, novamente, como eu já tinha falado em tempo de liderança no dia de hoje, o tema é muito relevante para a cidade. Nós vimos pelas ruas, todos nós sabemos que nossas ruas, nossas avenidas carecem de pavimentação asfáltica, mas é preciso, sim, que nós entendamos as repercussões financeiras de mais um financiamento, dado que nós temos uma série de financiamentos sendo aprovados agora, é preciso que a gente saiba, especialmente, já que existem urgências nesses projetos e eles não foram devidamente apreciados na Comissão de Finanças e Orçamento, que eu sou o vice-presidente, as repercussões financeiras para os próximos anos, permeando as mais diversas gestões que virão no futuro. Quanto que nós teremos comprometido da nossa receita com parcelas desses financiamentos? Qual será o custo disso? É o modelo mais interessante para investir na nossa capital, ou não? Como entidade de fiscalização do Município, a Câmara de Vereadores precisa saber dessas informações. Eu acho que o projeto é meritório, votarei a favor desse financiamento porque entendo que é um tema que Porto Alegre precisa, é, sim, uma prioridade a zeladoria do Município de Porto Alegre, porém não posso me abster de pedir, de fiscalizar que esse gasto, esse financiamento seja feito à luz das melhores práticas de gestão para que a gente não comprometa gestões posteriores, e, especialmente, que a obra saia a contento, atendendo ao interesse público, atendendo aquelas regras básicas de execução de engenharia, para que a gente tenha um investimento perene de infraestrutura e não somente, como acusa a oposição, algo de interesse eleitoreiro.

Por isso, deixo aqui encaminhado meu voto a favor, mas peço ao governo que faça os devidos esclarecimentos sobre as repercussões futuras de impacto financeiro oriundas desse financiamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 017/19.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, vereadoras e vereadores; em nome da minha bancada, que está presente o Ver. Cassiá Carpes, encaminho pela aprovação desse projeto, apesar de o senhor prefeito declarar a nossa bancada como de oposição – pior ainda, da mais baixa oposição, do mais baixo nível. Ver. Adeli, mesmo assim nós votamos pela cidade, e vamos votar a favor. No entanto, quero lembrar que a semana passada estive aqui insistindo no término daquelas duas obras das duas trincheiras: trincheira Mendes Ribeiro Filho, que é a da Cristóvão Colombo, e trincheira Dom Cláudio Colling, que é a da Anita Garibaldi – as duas obras estão paralisadas. E o financiamento, nós aprovamos eu não me lembro se foi no ano passado ou no início deste ano – aqueles R\$ 120 milhões, senhor líder, de várias obras. Então, a verba existe, está à disposição, e as duas obras estão paralisadas. E a tristeza que a gente vê lá na passagem de nível Mendes

Ribeiro Filho, a iniciativa privada, alguns empresários pagaram para que fosse liberado o trânsito na passagem de nível. Pagaram, e está liberado o trânsito, mas os complementos ao lado estão todos atirados. Existe o financiamento pronto que nós aprovamos, e faz quase um ano ou mais de ano. Então eu faço um apelo ao Sr. Prefeito para que complete essas obras, pois dinheiro tem. Nós, aqui, vamos aprovar outro financiamento, o financiamento é dado e as obras não acontecem. Então, Ver. Mauro Zacher, nós precisamos que essas obras aconteçam, porque, provavelmente ou com certeza, elas irão beneficiar a sociedade e é isso que nós queremos, em benefício da nossa cidade e dos cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 017/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadoras e vereadores, vou lembrar aqui o ex-vereador João Antônio Dib, ex-prefeito da cidade, que dizia que a função primordial de um vereador é a fiscalização. Na Comissão de Constituição e Justiça nós analisamos esse projeto, sob o ponto de vista da comissão e da sua legalidade: não há nada a opor, é um projeto constitucional.

A Prefeitura diz que precisa de recursos, não somos nós que vamos negar os recursos para a Prefeitura. Eu vou votar favoravelmente para que se busque esse financiamento, agora, vereadores do governo, vereadores em geral, nós vamos fiscalizar. Nós vamos fiscalizar! Nós queremos obras prioritárias, Ver. Paulinho Motorista, não aquela buraqueira que eu vi lá no Belém recentemente, nem aquela na Zona Norte que eu tenho as fotos de hoje e já passei para a Prefeitura. Aquele mar, perto da FIERGS, que é um lamaçal com qualquer chuvinha. Nós temos ruas organizadas, asfaltadas, nós queremos ver esta reestruturação DEP e DMAE se vai funcionar. Tem que limpar os bueiros, não adianta colocar asfalto se não tiver jateamento da rede, se não tiver limpeza da rede. Quando se coloca o asfalto, com a água ficando em cima, com o solação o asfalto começa a estragar, é simples assim! Então, nós seremos, Ver.^a Lourdes, aqueles que vão fazer o que eu disse, que o Ver. João Dib vivia insistindo aqui: vereador tem que fiscalizar. Nós vamos fiscalizar, Ver. Comassetto, a começar pela Zona Sul, que V. Exa. conhece como a palma da sua mão. Exatamente isso, Ver. Eng^o Comassetto, nós temos que estar atento a essas questões. Então, eu digo aqui que é importante, ou são importantes os financiamentos, mas nós queremos ver as obras realizadas; queremos que não se coloque somente uma capa asfáltica para inglês ver; nós queremos jateamento; queremos limpeza dos bueiros; queremos ver aquelas obras fundamentais e calçamento. Uma pessoa acabou de falar ali para mim que a Praça David Ben-Gurion, no Jardim Itu-Sabará, não tem como caminhar, porque ela não tem uma calçada, é um campo, não é uma praça.

Então que o dinheiro das obras venha, mas que nós consigamos fazer um pente-fino obra por obra, e vamos fiscalizar! Este é o aviso, Moisés: aprovamos, mas fiscalizamos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação PLE Nº 017/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Ver. Mauro Pinheiro, não sei se os secretários do governo ainda estão aqui na Casa – o secretário Christian está aqui –, mas eu estava analisando essa lista de trechos que já estão especificados para o uso desses R\$ 50 milhões de recursos financiados, mais R\$ 12 milhões de recursos próprios. Ajudem-me aqui, vereador e secretários, porque esses trechos aqui, secretário Christian, que está usando o celular aqui no plenário, onde não pode...

Quero que V. Exa. me ajude no seguinte: esses trechos que estão aqui relacionados, Ver. Mauro Pinheiro, são os trechos que já estavam escolhidos e referidos para serem usados com os recursos da CAF, quando este vereador ainda era secretário ainda, foram os trechos para que fosse o feito projeto de infraestrutura, para que se pudesse fazer a pavimentação. Caberia aqui uma explicação do governo, se ainda é possível, por que os recursos da CAF não foram usados para ser feita a pavimentação dessas ruas, haja vista que os recursos eram para isso, eram para uma série de obras, como a revitalização da Andradas, que não finalizou o projeto, assim como a revitalização do Gasômetro e da orla. Esses trechos aqui, me recorro claramente, vereador, seriam revitalizados com recursos da CAF. E parece que o governo está tirando no novo financiamento, haja vista que já havia um financiamento em andamento, já autorizado, com recursos em caixa, garantindo essas obras. Fica uma pergunta aqui deste vereador para que possamos votar, porque não vejo motivos para que nós não venhamos a tomar empréstimo, se a cidade tem saúde financeira para isso. Não é o que o governo defende; o governo acaba aqui publicizando déficit no orçamento e pedindo que venhamos a garantir serviços e investimentos com recursos próprios. Bom, o governo busca, através do financiamento, a garantia de que sejam feitas essas obras. Então, fica uma dúvida, queria que o governo me explicasse, não sei se o Ver. Mauro Pinheiro ou o Ver. Moisés Barboza pudesse apenas nos relatar, porque esses são trechos que estavam garantidos no financiamento da CAF, e eu não vejo motivo para que venhamos a aprovar. Embora eu seja a favor, podemos votar a favor do projeto, mas que o governo nos explique por que esses trechos aqui em que estavam garantidos os recursos não foram incluídos e, agora, nós estamos tomando mais R\$ 50 milhões do Banco do Brasil. E aqui também não tem claramente qual a correção e os juros que nós vamos pagar, a carência... Enfim, há a necessidade de explicações mais em relação ao financiamento para que nos sintamos aqui seguros e possamos publicamente responder a isso diante da aprovação desse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLE nº 017/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0384/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 015/19, que altera o inc. XIX do art.1º da Lei nº 11.404, de 27 de dezembro de 2012, cria e extingue Cargos em Comissão e Funções Gratificadas alterando as letras *c* e *d* do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, revoga o §2º do art. 1º e o art. 4º da Lei nº 10.676, de 11 de maio de 2009, o § 2º do art. 1º e o art. 5º da Lei nº 11.964, de 30 de novembro de 2015; o inc. III, do §3º, do art. 18 e o §1º e o §2º do art. 21 da Lei 6309, de 28 de dezembro de 1988 e o art. 19 e o Anexo III da Lei 11.979, de 22 de dezembro de 2015.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 23-09-19 por força do art. 95 da LOM.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 015/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, acabamos de votar um projeto importante, diz o líder do governo, sim; é importante, diz a oposição, ou pelo menos uma parte dela. As senhoras e os senhores devem ter notado que esse projeto foi aprovado por unanimidade, ou seja, a Câmara Municipal quer ajudar a municipalidade. Agora, o seguinte, este projeto que está em discussão agora foi incluído na Ordem do Dia porque foi feito um pedido de urgência, urgentíssimo. Esse projeto não passou na Comissão de Constituição e Justiça, só por isso eu já votaria contra, porque esse negócio de atropelo, do que fizeram conosco na semana passada, quando eu já estava com o parecer redigido, pedirem urgência porque sabem que o relator sou eu, e que tinha uma arguição de preceito constitucional? Não, não. Nós não vamos aceitar. Esta é uma Casa que discute política, mas analisa princípios, normas. A gente verifica se tem uma regra que contradita ou não contradita os preceitos constitucionais, a Lei Orgânica do Município, especialmente neste caso, o estatuto do servidor público. Se o governo quisesse, de fato, nos convencer a aprovarmos esse projeto, o governo deveria ter chamado uma reunião às duas horas da tarde aqui na Câmara e dito: “Vereadores, isto é importante por isso, isso e aquilo”. Os senhores não disseram nada, absolutamente nada! E o que está na exposição de motivos? Nada vírgula nada. Então, nós vamos fazer o embate e o debate necessários

porque nós já sabemos qual é o *modus operandi* do governo Marchezan: patrula no serviço público, mexe com funções gratificadas, faz um salamaleque que ninguém entende, elide, tira, revoga um CC aqui e outro ali para colocar um com valor mais alto onde quer, como quer. Não vai passar; se passar, é porque os senhores vão teimar, e, como a base do governo tem maioria, se ficar aqui, vão aprovar. Mas nós vamos continuar a dizer que esse projeto não está bem, ninguém explica, ninguém diz nada. Afinal de contas, onde estão os documentos acostados, Presidente, do que nós iremos gastar a menos ou a mais. Eu não encontrei, estão no processo? É bom perguntar, porque a base do governo não explicou absolutamente nada. Por que mudar essas funções gratificadas? Eu estou vendo que o governo está tão embananado que está desesperadamente querendo saber o que é, de fato, o que cai e o que não cai. Vejam a Lei de Newton! Vai cair a maçã na cabeça, Ver. Robaina! Ou melhor, vai cair o prédio na cabeça; porque há uns prédios em Porto Alegre que estão caindo na cabeça das pessoas.

Ver. Conceição, V. Exa. que é um servidor público estável, é necessário dar mais atenção ao serviço público, à carreira, às funções gratificadas, aos CCs. Afinal de contas, eu pergunto: quem ganha e quem perde? Se há uma ponderação acerca desse projeto que tira, transforma, se alguém ganha e outro perde, eu quero saber as razões pelas quais um ganha e outro perde, porque, afinal de contas, a isonomia é um princípio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 015/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro amigo, Presidente Ver. Reginaldo Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde ouvindo a manifestação do ilustre Ver. Adeli Sell, eu subo à tribuna para dizer que vou votar favoravelmente ao projeto, porque compreendo a importância do projeto dentro desse aspecto. O que se cria ali? Extingue-se, Ver.^a Lourdes, um grande número de CCs e de FGs e cria-se outro grande número de CCs e de FGs adaptando as nomenclaturas, definindo as atribuições, exatamente nos termos daquilo que estabelece e cobra o Tribunal de Contas do Estado. E mais: extinguem-se FGs e criam-se FGs exatamente no sentido de atender alguma questão jurídica, porque diz a Constituição Federal que postos de confiança devem ser designados em atribuições de direção, chefia e assessoramento. Então se está exatamente definindo que atribuição cada CC terá. Por outro lado, é importante dizer que, segundo informações do prefeito, do Executivo, não há repercussão financeira alguma. É um ponto interessante que se tem aí. Não há repercussão financeira nenhuma. Em terceiro lugar, como todos sabem, eu fui servidor do Executivo, na Fazenda Federal, na Fazenda Estadual, por décadas, e acredito que as coisas de estrutura do Executivo devem necessariamente ser estabelecidas por projetos vindos do Executivo. É por isso que vamos votar

favoravelmente, porque entendemos que é uma demanda que o Executivo assim compreende. Obrigado e aquele abraço!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 015/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, o projeto que o governo apresenta aqui neste momento, inicialmente, Ver. Mauro Pinheiro, é um projeto de profunda contradição, e explico aqui por que é de profunda contradição –inclusive gostaria muito de ver a opinião dos neoliberais desta Casa. O projeto começa dizendo que havia o programa socioambiental e que foram criados alguns cargos, Ver. Adeli, lá no governo Fogaça/Fortunati, que se autoextinguiriam ao final do programa. O que o governo está fazendo agora? Está propondo a reversão dessa extinção de CCs. O mesmo governo que ganhou as eleições dizendo que iria diminuir em 40% o número de CCs aumentou largamente a distribuição de muitos CCs para muitos vereadores aderirem à base do governo, e isso merece uma boa análise política. Agora, não são um ou dois cargos – eu gostaria que a TVCâmara mostrasse aqui –, são inúmeros cargos de CC, são 23 artigos! Aqui no art. 23, o inciso I extingue 3 cargos; o inciso II extingue 30 cargos; o inciso III extingue 41 cargos; o inciso IV extingue 39 cargos; e recria cargos. Só aqui são 113 cargos! No artigo 20: ficam criados na letra c do anexo I da Lei nº 6.309/1988 os seguintes CC5: 68 assessores V; 22 chefes de equipes; 30 gerentes de atividades; 3 gerentes de atividades. E por aí vai. É muito CC que o projeto cria; outros, que foram extintos, ele recria.

Acreditamos que há um equívoco muito grande, há uma sonora contradição porque, isto posto, entendo que a Lei nº 11.245/2002 não criou cargo ou função alguma, apenas extinguiu cargos em comissão e funções gratificadas então existentes no DMAE, pois foi lá o socioambiental, e agora o governo propõe reverter tudo isso, vereadores Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. Então não dá, num acordo de votar alguns projetos interessantes para a cidade, como foi aquele de captação de recurso, que venhamos aqui a criar um trenzinho da alegria criando um monte de CC, talvez isso não esteja sendo dito aqui. E volto a dizer: o DMAE não precisa de CCs. Na gestão do Município, no governo Marchezan, já saíram do DMAE 750 funcionários, funcionários competentes, que estavam sobrecarregados. No DMAE nós precisamos da reposição dos funcionários públicos, para que assumam a carreira e que elaborem os projetos, tais como o projeto da Ponta do Arado, de Belém Novo, que está pronto, desde 2014, pelos engenheiros lá do próprio DMAE e que até hoje não foi construído. Falta de recursos? Não, não é só falta de recurso, porque o DMAE tem superávit. Sr. Presidente, venho aqui, em nome da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, dizendo: quando é bom para a cidade, votamos favorável; quando não é bom para a cidade, votamos contra. E esse projeto é um trenzinho da alegria. Votaremos contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 015/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, de novo na tribuna estou apenas conferindo, aqui no projeto, as informações oriundas da Controladoria-Geral do Município e o impacto financeiro desse projeto que, em princípio, parece um projeto singelo, simples, que extingue algumas FGs e cria outras. Se formos analisar, nominalmente, em alguns cargos criam-se mais do que se extinguem; em outros, se extinguem mais do que se criam. Então há um certo equilíbrio na estrutura do PLE nº 015/19. A liderança do governo afirma que esse projeto fica elas por elas, não tem um impacto significativo, apenas uma reestruturação de recursos, mas é importante que a gente tenha em mente que um projeto de tal complexidade, um projeto que cria e extingue centenas de cargos na administração pública – centenas! – não pode tramitar em regime de urgência. O bom senso pede que se faça uma análise calma, cautelosa, zelosa no que se refere aos interesses do erário municipal. Não deveria ser permitido que projetos como este entrassem em regime de urgência, mesmo porque a Prefeitura está funcionando desde o início de 2017 com essa estrutura e só se prontifica a mudar, a alterar os cargos em comissão e funções gratificadas no final da sua gestão e em regime de urgência. O Ver. Mauro Zacher faz uma lembrança muito significativa: como promessa de campanha, o prefeito prometeu extinguir, reduzir CCs. Reduzir CCs não significa deixar de nomear ou exonerar, mas, sim, fechar os cargos, extingui-los via projeto de lei. Aqui se criam alguns, se extinguem outros, o governo garante que fica zero a zero, mas em 45 dias será que seria humanamente possível analisar cada um desses cargos?

Nós começamos a nossa trade com 18 projetos do Executivo em regime de urgência – 18! Tentamos articular com a liderança do governo aqueles que teriam menos contrariedade para começar a votação. Não é uma tarefa simples, e o governo não a torna mais tranquila. Eu gostaria muito que o Executivo se sensibilizasse e tivesse como norteador que esta Casa fizesse seu trabalho de forma tranquila, racional, coerente e responsável, mas 45 dias para analisar e votar um projeto de tal complexidade, eu não creio que seja possível; humanamente, é impossível.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Prof. Alex. Na verdade, nós, quando paralisamos a sessão, combinamos que iríamos elencar os projetos que tivessem menos resistência. E conferindo agora com o líder do governo, ele me disse que esse tinha tido acordo para ser o quarto projeto. Então, sinceramente, podemos até pensar em pular esse, desde que haja uma construção de outro projeto que se possa, então, debater nesta tarde, porque esses projetos já estão aí na ordem do dia há bastante tempo. Podem até ser complexos, mas acredito que todos nós já tenhamos, pelo menos, dado alguma olhada no projeto. Creio que não há dificuldade nenhuma. Se esse tem problema, nós pulamos esse, desde que não paralisemos os trabalhos. Obrigado, vereador.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Peço um minuto para concluir a minha fala, Ver. Pujol.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Sim, assegurado a V. Exa.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Exatamente, Ver. Cassio, nós conversamos e elencamos aqueles que tinham menor contrariedade. Esse é um dos que tem menor contrariedade, porque é competência do Executivo organizar a sua gestão da cidade, e a estruturação dos órgãos da administração pública. É competência do Executivo; o Executivo tem autonomia para isso, mas nós precisamos avaliar o que está sendo proposto. Não me parece racional o tempo que o Executivo acredita ser suficiente para tramitação dessa iniciativa. Não tem muita contrariedade, justamente por isso, porque é atribuição do Executivo fazer estas reestruturações. Mas nós não vemos com bons olhos esse atropelo e a falta de possibilidade de uma análise mais aprofundada sobre projetos dessa natureza. Fico por aqui neste momento de discussão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 015/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0048/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/19, que dispõe sobre a autorização para prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias de qualquer natureza.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. André Carús: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº01;

- incluído na Ordem do Dia em 21-08-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Está difícil. Qual a exposição de motivos do Sr. Prefeito municipal? Tem cinco linhas. Cinco linhas! Eu, na CCJ, levantei a questão de, no projeto, ter uma confusão entre as farmácias públicas e as farmácias privadas. Quando eu me dirigia para cá, o líder do governo falou que essa questão tem a ver com a vacinação. Por que, quando eu levantei na CCJ esses óbices, essas questões... Aí que eu digo, os senhores vêm e passam a patrula, aprovam os projetos, este projeto é muito, muito malfeito – pessimamente malfeito. Aí, os senhores querem que a gente aprove. Mas, tchê! Vão cuidar dessas coisas básicas! Se olharem bem este projeto, ponto a ponto, tem esse problema gravíssimo da prestação de serviços, de confusão entre as instituições públicas e as instituições privadas. É um projeto longo com uma explicação pífia e que, depois, tem uma justificativa que veio posteriormente. Então, eu gostaria que, depois que eu fiz esta questão aqui, alguém do governo viesse explicar e que posteriormente nós pudéssemos continuar o debate. Mas aqui não tem debates; é 8 ou 80. Vereador Alvoni, o senhor leu o projeto para saber como fica a situação dos idosos? Vamos debater! Para quê votar no atropelo? Nós temos que fazer emendas. Outra coisa, tem uma emenda do Ver. Ricardo Gomes que é um *laissez-faire*; você pode vender bolachinha Maria em farmácia. Convenhamos, já vendem... As farmácias viraram um troço nesta cidade, um supermercado. Você compra chá – chá até é bom para a saúde –, você compra pirulito, que faz mal.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): O supermercado não pode vender medicamento. Tem, também?

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Então, não há mais critério para nada. Vendem-se coisas farmacológicas, de higiene, etc. e tal, em tudo que é lado. Nós temos que discutir melhor. Podem vender alimentos para dietas com restrição de nutrientes – imaginem só –, com restrição de sacarose, frutose e glicose. Podem vender qualquer bagulho – vou se claro, usar uma linguagem vulgar mesmo! – que diz que você vai ficar maravilhoso, porque não tem sacarose, frutose e glicose; podem vender alimentos para dietas com restrição de gorduras, de proteínas, alimentos para dietas com restrição de sódio. São dez alimentos, numa folha, que podem ser vendidos em farmácia – isso consta em só uma folha do projeto! Inclusive podem vender *sprays* e aromatizantes de ambiente. É vedada a venda de produtos veterinários como vacina, defensivos agrícolas, rações, ossos sintéticos, comedouros e assessórios para animais de estimação. Na

Exposição de Motivos diz: “À V. Exa., para encaminhar...”, e diz o número do projeto. Querem mais? Então, vamos debater. Por que não convocar o Conselho Regional de Farmácia, o Sindicato dos Farmacêuticos, e o Sindicato das Farmácias? Jogo limpo, mano a mano. Isso aqui não é MMA! Estou fora! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 002/19.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, quando este projeto foi protocolado, eu entrei no *site* da Câmara e repassei o *link* para alguns conhecidos, inclusive uma prima formada em Farmácia, e para alguns amigos meus que também tiveram formação acadêmica nessa área. Este projeto contraria várias das normativas e resoluções determinadas pelo Conselho Regional de Farmácia e pelos seus conselhos federais de farmácia também. É muito complicado que o órgão que regulamenta e verifica a boa prestação do serviço dos seus profissionais tenha as suas resoluções feridas por uma lei municipal, lembrando que os conselhos regionais e o Conselho Federal de Farmácia são autarquias federais, e as suas normativas deveriam ser respeitadas por todos os municípios deste País. A categoria profissional dos farmacêuticos é uma categoria importante para o que nós conhecemos como saúde única, e nós precisamos estar atentos ao que os profissionais dessa área têm a dizer. Muitos deles viram com muita preocupação essa iniciativa do governo municipal, porque abre alguns precedentes perigosos, bem perigosos, e um deles eu vou citar aqui. Senhoras e senhores, eu não consigo compreender por que as nossas farmácias precisam ampliar a oferta de produtos e serviços nas suas instalações se um dos ramos de negócios que mais teve ampliação foi o das farmácias. Tem uma farmácia em cada esquina na nossa cidade, porque as pessoas estão doentes, e, ao invés de buscarem terapias alternativas, como, por exemplo, práticas esportivas, rodas de conversas, uma mateada com os amigos no final da tarde, jogam-se para dentro de frascos de antidepressivos. Portanto, eu não consigo compreender a grande necessidade que, principalmente as grandes redes farmacêuticas, têm para ampliar cada vez mais o seu leque de atividades. Aplicação de vacinas... Senhoras e senhores, o farmacêutico pode responder por vários estabelecimentos, e quem fará a aplicação das vacinas? Vai ser o farmacêutico? Se ele está respondendo por oito estabelecimentos comerciais ou por uma rede de grande volume, o farmacêutico estará? Deveríamos discutir, Ver. Cassiá, e não atropelar o debate, como está sendo feito. Nós precisaríamos de uma audiência pública para ouvir as argumentações dos dois lados, para que nós pudéssemos fazer um juízo correto a respeito desse assunto, mas o que se faz, mais uma vez, é atropelar um assunto importante desses.

Eu, com a licença de V. Sas., pedi o destaque da emenda do Ver. Ricardo Gomes, que, na minha modesta opinião, é uma emenda absurda, e eu gostaria, através do destaque, de debatê-la individualmente. É inaceitável que nós possamos cogitar a possibilidade de vender alimentos em farmácias – salgadinhos, doces, isso não pode ser vendido em farmácia. Eu vou elencar algumas justificativas razoáveis para a gente tecer um juízo a respeito da Emenda nº 01, proposta pelo Ver. Ricardo. Eu já discuti pessoalmente com ele, mas, como liberal, ele diz que não vê problema algum, e eu gostaria de discutir com todos vocês o teor dessa emenda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 002/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, me permitam falar um pouco sobre este projeto, porque eu sou comerciante. Dos itens do projeto, do art. 6º – suas letras, seus números, seus parágrafos –, até o art. 34, Ver. Idenir Cecchim, não tem nada que não seja vendido em farmácia hoje em dia: florais, óleos essenciais, alimentos para dietas com restrição a sódio, lactose, além de energéticos, sucos, biscoitos integrais, uma série de outras coisas, inclusive chicletes, balas. Isso já ocorre, porque algumas das redes que temos em nossa cidade atuam em outras cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Salvador, Florianópolis, Curitiba, em que a prática das farmácias, como no mundo inteiro, é vender esses produtos, como é a prática das farmácias do mundo inteiro ter ambulatório, fazer pequenos procedimentos de curativo, aplicar injeção, fazer uma série de outras coisas.

O Ver. Prof. Alex Fraga diz que hoje nós temos uma farmácia em cada esquina, nós temos uma farmácia em cada esquina porque a população está doente. Eu costumo dizer que a Av. Nilo Peçanha é avenida de uma rede de farmácias, porque chega a ter quase uma na frente da outra. Uma numa esquina, dentro de dois *shopping centers* chega a ter duas em cada um, mais uma em outra esquina, sem contar todo o trajeto da Av. Nilo Peçanha que é povoado por farmácias.

Querer que o setor de farmácia volte ao passado, onde só podiam vender medicamentos, é querer o retrocesso. Hoje nós vemos os supermercados, que nada mais são que os armazéns do passado, vendendo roupa de cama, vendendo eletroeletrônicos, vendendo armarinhos em geral, ferramentas, produtos de beleza, de higiene, é uma competição. Quem ganha, com tudo isso, é quem está lá na ponta, é o consumidor. O consumidor que vai escolher se quer comprar a essência no supermercado, na farmácia ou na manipulação. É o consumidor que vai escolher se quer tomar a sua injeção num posto de saúde, ou num hospital, ou na farmácia. Eu tomo uma injeção de 15 em 15 dias, ou eu tomo aqui, no ambulatório da Câmara, ou eu tomo na farmácia, porque eu não vou tirar o lugar das pessoas no posto de saúde, eu não vou tirar lugar das pessoas no hospital para tomar uma injeção, não faria isso. Então, há possibilidade de as

farmácias terem isso, o que existe é um setor, um segmento que não quer que isso seja permitido. Eu acho que a população de Porto Alegre tem necessidade de ter os produtos sejam eles em farmácias, sejam eles em supermercados, em minimercados, em bancas de revista. Agora, é o direito da população ter acesso a esses produtos, o que libera a livre concorrência. O Ver. Mauro Zacher disse que eu virei um liberal. Eu não virei um liberal, eu estou representando aqui as pessoas que necessitam comprar e as pessoas que necessitam vender, para fazer a bola girar. Agora, hoje, se a população de Porto Alegre chegar em qualquer grande rede de farmácias – e até nas pequenas – já encontra todos esses produtos que estão no projeto, todos! Claro que alguns, se bater a fiscalização, não poderiam estar comercializando, como vender balas, biscoitos, sucos, que é uma hipocrisia não poder vender isso. Como eu citei ao Ver. Mauro e a outros colegas: é um retrocesso esta Casa proibir de vender bebida alcoólica em posto de gasolina, por exemplo, é um retrocesso, pois pode ser vendido no supermercado na frente do posto de gasolina, pode vender no restaurante, na lancheria na frente do posto de gasolina, mas no posto de gasolina não pode vender. Então é um absurdo, é algo que não ajuda o desenvolvimento da nossa cidade, não ajuda na geração de emprego e renda, mas esse projeto ajuda a população de Porto Alegre a escolher onde comprar esses produtos, que já se encontram em supermercados, já se encontram em tabacarias, e podem ser encontrados também nas farmácias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja retirado o destaque da Emenda nº 01 ao PLE nº 002/19.

Em votação o PLE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhores, novamente à tribuna, eu gostaria de fazer um recorte nesta minha fala e elaborar duas argumentações. A primeira delas é a crítica à Emenda nº 01 do Ver. Ricardo Gomes, que, no seu art. 1º, estabelece a permissão para que as farmácias comercializem alimentos comuns, tais como: sucos, refrigerantes, bebidas, balas, chicletes, chocolates, biscoitos, bolachas, achocolatados, sorvetes e picolés, transformando a farmácia num minimercado. Talvez alguns de vocês não conheçam as instalações comerciais que, muitas vezes, recebem produtos nos minimercados e seus depósitos. Onde se vende alimento, principalmente quando não há um grande zelo com relação à limpeza, à assepsia, que é o que rege um bom trabalho dentro de uma instalação farmacêutica, é justamente a minha maior preocupação: a atração e proliferação de ratos e baratas nesses equipamentos de saúde. Se nós tivermos a possibilidade de venda de alimentos comuns: refrigerantes, sucos, balas e bolachas, isso pode atrair roedores, que são vetores de doença que, através das suas fezes e da sua urina, podem contaminar medicamentos

causando um grande mal para a nossa população. Então, nós não podemos permitir a aprovação da Emenda nº 01.

O segundo ponto: eu gostaria de destacar alguns problemas graves que existem no projeto. O primeiro deles, senhoras e senhores, é no art. 5º deste projeto de lei, que autoriza a manipulação, o acondicionamento em embalagens individualizadas e a dispensação, conforme necessidade do usuário, de medicamentos, alimentos, suplementos alimentares, na forma farmacêutica de cápsulas oleaginosas moles, adquiridas a granel, pelas farmácias de manipulação. Gente, uma farmácia de manipulação tem autorização para manipular, fracionar e vender a quantidade correta de medicamentos necessárias ao tratamento do paciente; agora, nós não podemos abrir esse precedente para as farmácias comuns. A permissão para fracionamento de medicamento não pode ser permitida. As embalagens precisam estar lacradas, e os medicamentos terem a sua garantia do prazo de validade e das conformidades que determinam o regramento e a terapêutica necessária para a cura e o enfrentamento de doenças. Permitir fracionamento em farmácias comuns é um atentado à saúde pública. Eu havia falado, na discussão, que esse projeto tem problemas graves, problemas que vão contrariar resoluções do Conselho Regional e do Conselho Federal de Farmácia. Os farmacêuticos não podem violar embalagens de medicamentos que vêm das indústrias; eles só podem fazer a manipulação nas farmácias de manipulação que se prestam a essa finalidade. Senhoras e senhores, esse projeto tem problemas muito graves. Não houve interlocução com os órgãos de controle dessas profissões. Portanto, a Prefeitura, mais uma vez, erra; mais uma vez estamos alertando que se fosse feita uma construção coletiva que ouvisse os profissionais, eu não estaria aqui fazendo a defesa da derrubada deste projeto de lei. Por isso, deixo o encaminhamento da nossa bancada contra a emenda e contra o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 002/2019.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vou encaminhar o meu voto evocando dois princípios. O primeiro deles é o da liberdade de mercado, que é sempre relativa, não existe nenhuma liberdade absoluta, tanto é que nós estamos aqui regulando a atividade. Nunca existiu. Jamais existirá um mercado sem regras, mas o tipo ideal é a liberdade de mercado, é um princípio que nós devemos seguir. Então, como político, sou a favor da liberdade de mercado; como cidadão, sou diabético e eu acho um absurdo, Ver. Roberto Robaina, eu ter que atravessar a rua, ir a dois lugares por não poder comprar na farmácia os insumos necessários para a minha dieta. A minha doença é crônica e passa necessariamente pela alimentação, aliás, passa mais pela alimentação do que pela insulina, metformina que tenho que tomar. Então, é um absurdo, é um desserviço essa limitação da liberdade não só do empreendedor, não só de mercado, mas atinge diretamente o consumidor.

Darei outro exemplo, Ver. Prof. Alex Fraga, das agulhas de insulina. Eu posso precisar de 10, de 20, mas a caixa só vem com 100 e custa mais de R\$ 1,00 cada agulha! Eu posso, numa emergência, precisar de uma única agulha, por estar viajando, ou estar aqui em Porto Alegre, na Câmara, e faltar uma agulha – tenho 200 em casa, mas estou aqui na Câmara! Serei obrigado a comprar 100 agulhas, sem necessitar delas. Então, esse projeto é meritório, ele pensa nas pessoas.

Darei outro exemplo, em relação à emenda do Ver. Ricardo Gomes. Refrigerante *diet*, refrigerante zero faz parte da dieta, sim. Imaginem, colegas vereadores, que, na década de 80, os diabéticos ganhavam – eu sou diabético tipo 2, adquiri a doença lá pelos meus 30 anos, mas tenho amigos diabéticos tipo 1 –, quando crianças, Coca-Cola de presente de Natal, porque tinha que vir lá dos Estados Unidos, vinha um pacotinho com Coca-Cola *diet*, zero ou *light* de presente de Natal!

Essa limitação só atrapalha o consumidor, a ponta final, que somos nós, que temos doenças crônicas, que precisamos de dieta, precisamos comprar o alimento, que pode ter a orientação de um farmacêutico na contagem dos carboidratos, por exemplo, na contagem do índice de glicemia de um alimento. Este projeto de lei e essa emenda têm como foco o conforto, a liberdade daqueles enfermos que necessitam desses serviços e podem encontrá-los no mesmo e único lugar.

Recentemente alguns vereadores desta Casa estiveram nos Estados Unidos, puderam visitar algumas farmácias e puderam verificar a grande prestação de serviços que se encontra numa farmácia. Eu, na infância, tomava injeção na farmácia, eu era medicado na farmácia; hoje, eu tenho que procurar algum serviço extra.

Eu estive em João Pessoa nas férias, e, como diabético e hipertenso, precisei medir a pressão e a glicose. É o mínimo. As farmácias lá têm um postinho de saúde, um postinho de enfermagem no canto, Ver. Adeli Sell, e eu fui lá, medi minha glicose, medi minha pressão. Havia lá uma farmacêutica que me atendeu e que me orientou. É um ambiente de saúde que inclusive vai descarregar a rede pública, vai descarregar o ônus da rede pública nesses pequenos atendimentos imediatos de intercorrências que são mais simples de atender.

Então, você que está me assistindo em casa, este projeto de lei é um grande avanço para a cidade, e, sobretudo, para as pessoas que precisam desses serviços e encontrarão todos eles na farmácia. Digo isso como político e como diabético também. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 002/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Reginaldo Pujol. Eu entendo que a civilização já evoluiu ao separar o estado da igreja. Foi uma evolução: o estado é laico. Chegou a hora de nós separarmos, também, a economia do estado. Chega de dizer o que o consumidor deve ou não deve

comprar. Por que uma farmácia não pode vender bebidas, salgadinhos? A gente olha para os Estados Unidos, olha para a Europa, olha para países referência do Primeiro Mundo e lá o consumidor é o rei na tomada de decisões, ele escolhe o que ele quer consumir. E o mercado oferta a ele os produtos e serviços conforme o seu desejo. Aqui, no Terceiro Mundo, nós, políticos, determinamos o que o consumidor deve ou não deve comprar e onde ele pode comprar. Então, quando a gente olha para países de Primeiro Mundo, e gostaria de ver o Brasil lá, a gente deveria começar a tomar as decisões que os países de Primeiro Mundo tomaram para chegar lá, e uma delas é fazer com que o cidadão tenha mais liberdade e autonomia para tomada de sua própria decisão, e não o impedir disso. Os mercados hoje, por exemplo, não podem vender medicamentos, mas eu entendo que deveriam poder, sim. Restrinja-se, então, medicamentos que não tenham prescrição médica, mas não impeçam o consumidor de fazer aquilo que ele gostaria de fazer e que o mercado possa fazer o que ele sabe fazer melhor, que é aumentar a qualidade de vida da população ofertando produtos e serviços que o contemplem. Então, vamos evoluir, porque, no Primeiro Mundo, não se chegou a esse nível de liberdade e de qualidade de vida seguindo orientações corporativistas ou dos sindicatos. Da mesma forma, entendo que nós não evoluiremos se seguirmos criando restrições e proteções mercadológicas, conforme nichos assim o pedem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador).

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 002/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou votar favoravelmente ao projeto, compreendo a importância dele. Quero fazer um parêntese e até gostaria da atenção de todos. Tive um processo na justiça que venci, sem problema nenhum, e não tem nada a ver com o assunto, mas precisei tirar cópia xerox de um documento do processo que está arquivado há mais de 15 anos ou mais de 20 anos. Sabe o que me disseram lá no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, Ver.^a Lourdes? Que eu precisava de um advogado, e eu contratei um advogado, meu querido Ver. Janta, para tirar um xerox de uma folha de um processo arquivado há mais de 20 anos. Também está errado! Isso são leis que vêm de Brasília, de advogados, de deputados fora de forma que não veem o que estão fazendo, votam favorável. Isso é uma vergonha podre, mesmo, não é? Pois é assim que funcionam as coisas neste nosso querido e amado País: para tirar um xerox de uma folha de um processo quase ultrapassado tem que contratar um advogado. Está na hora de terminar essas porquices que se inventam neste País para tirar dinheiro do povo brasileiro. É por isso que vou votar favorável, porque precisa de uma livre iniciativa e concorrência, isso está completamente correto. Ouvi a todos atentamente. Obrigado. Voto sim.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 002/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, confesso que venho à tribuna até para esperar a discussão da emenda, para ver se é ou não é. Não dá para votar, realmente, na dúvida. Mas eu estava aqui escutando nosso ultraliberal Camozzato, e estava pensando que na lógica dele eu poderia vender um remedinho junto com as pedras na obra, o funcionário da obra poderia ir até lá e comprar uma Aspirina. Ou, quem sabe, colocaria minhas pedrinhas para serem vendidas num açougue! Meu vereador, querido Camozzato, lá de Nova Bassano, se nós contarmos para aquele pessoal de Nova Bassano que o senhor quer dar liberdade para tudo, eu acho que o vigário de lá vai ficar bravo com o senhor! Ver. Wambert, é difícil vender adubo no açougue, por exemplo – falo em adubo para ficar chique. Mas não dá, há certas regras que não dá, nós precisamos ter alguma coisa que regulamente. Esse troço de estado pequeno, eu também acho bom estado pequeno, não tão grade assim, mas ausência total vira anarquia, isso não é liberalismo, é anarquia. Aliás, acho que andam muito próximos.

O ultraliberalismo e a anarquia andam quase juntos, é tipo, o amor e o ódio, o limite é muito pequeno. Se andar assim, não precisamos mais ter órgãos fiscalizadores; não precisamos ter agências reguladoras, cada um cobra o que quiser; liga a energia elétrica no poste só para quem a companhia quer, se houver alguma dúvida que não vai receber, não liga. Então têm algumas coisas que nós precisamos garantir a integridade do cidadão, que é o caso das farmácias. Há algumas coisas que nós precisamos ter regras. Não para dar lucro para quem é dono do negócio, mas ter regras para proteger o cidadão, este, sim, precisa de regras, precisa de leis. Mesmo assim, com tantas leis que nós temos, muita gente passa. Então vamos pensar muito bem nisso que estamos votando, vamos liberar aquilo que dá para liberar, e não vamos, como diz um primo meu lá de Ibiraiaras: “Não vamos dexagerar”. Vamos ficar dentro de um limite permitido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, a Emenda nº 01 ao PLE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 15 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o PLE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**, 05 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLCE nº 013/19.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0463/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/19, que altera o *caput* do art. 49 da Lei Complementar nº 7, de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, incluindo, como sujeitos passivos da Taxa de Aprovação e Licença de Parcelamento do Solo, Edificações e Obras, o interessado e o executor da obra.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao PLCE 013/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 03 votos **SIM**, 16 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o PLCE nº 013/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, quero declarar o meu voto. Votei favoravelmente a este projeto do Executivo, pois ele facilita o trâmite na aprovação dos projetos urbanísticos na cidade de Porto Alegre, porém não ajuda no processo geral. E já que o secretário Busatto está aqui, ressalto que é inconcebível entrar com um projeto e este levar quatro anos para ser aprovado na Prefeitura. Pedimos a sua atenção nesse sentido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao Ver. Engº Comassetto que entregue sua Declaração de Voto, por escrito, à Mesa.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 18h33min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0525/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/19, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0314/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 005/19, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera o *caput* e inclui parágrafo único no art. 156 e inclui art. 156-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a segurança no Município e sobre as competências da Guarda Municipal.

PROC. Nº 0365/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 3.032, de 16 de junho de 1967 – que dispõe sobre contagem de passageiros em veículos de transporte coletivo –, a Lei nº 7.543, de 6 de dezembro de 1994 – que determina o plantio de árvores frutíferas nas escolas e dá outras providências –, e a Lei nº 7.849, de 17 de setembro de 1996 – que inclui dentre os pontos turísticos de porto alegre os locais destinados, em caráter permanente, à exposição e comercialização de artesanato e dá outras providências.

PROC. Nº 0542/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 024/19, que altera o inc. III do art. 1º da Lei Municipal nº 10.743, de 1º de setembro de 2009, que autoriza o Município de Porto Alegre a desafetar de destinação de uso comum do povo, para fins de regularização do registro do loteamento Porto Seco, os equipamentos urbanos e os logradouros público de que trata.

PROC. Nº 0545/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 025/19, que cria o Fundo Municipal do Trabalho (FMT), institui o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1030/18 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 092/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que permite manifestações culturais, religiosas, sociais, esportivas e de artistas de rua em espaços públicos abertos do Município de Porto Alegre, revoga a Lei nº 11.586, de 5 de março de 2014, e dá outras providências.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h34min.)

* * * * *